

GESTÃO SOCIAL • RESPONSABILIDADE SOCIAL • VOLUNTARIADO • TERCEIRO SETOR

FILANTROPIA

#65



CAPTAÇÃO DE ALTA CLASSE

EVENTOS PARA A ALTA SOCIEDADE:
INTERESSANTE FERRAMENTA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

ESPECIAL

Confira entrevistas com
os vencedores do Prêmio
Empreendedor Social 2013

SUSTENTABILIDADE

Greenwashing: empresas
criam imagens positivas para
esconder impactos negativos

ENTREVISTA • ZIZI POSSI FALA SOBRE ATUAÇÃO COMO VOLUNTÁRIA E SOBRE
SUAS PERCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL



CURSOS NA ÁREA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL
NO SENAC.

**PORQUE UMA SOCIEDADE
MAIS ACOLHEDORA FAZ
UM MUNDO MAIS JUSTO.**



A política de descontos pode ser alterada a qualquer momento, sem aviso prévio.

O Senac acredita que acolher a diversidade é promover uma sociedade democrática, com oportunidade para todos. É o primeiro passo para construir um mundo melhor, mais justo e sustentável. Por isso, desde 1946, promove cursos e programas que contribuem para o desenvolvimento humano e a redução das vulnerabilidades sociais.

São cursos ideais para você que acredita em ações educacionais comprometidas com a autonomia e com o exercício da cidadania para promover uma atuação profissional transformadora.

Para saber mais sobre as parcerias educacionais, acesse:

www.sp.senac.br/parcerias

Conheça nossa política de bolsas em:

www.sp.senac.br/cursosgratuitos

- **CURSOS LIVRES**
- **PÓS-GRADUAÇÃO**
- **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**



Ligue agora para: **0800 883 2000** ou acesse: **www.sp.senac.br**

PROFISSIONALIZANDO A GESTÃO



THAÍS IANNARELLI
Diretora-executiva
do Instituto Filantropia

O cenário atual do Terceiro Setor no Brasil está bastante desenvolvido em relação a 12 anos atrás, quando a Revista Filantropia foi lançada. Porém, percebe-se que a profissionalização e a adoção de técnicas mais avançadas de gestão ainda se fazem necessárias, seguindo os passos de países desenvolvidos que já atuam nessa área há mais tempo e têm a gestão profissional da área social enraizada em sua cultura.

É com este objetivo que o Instituto Filantropia tem atuado desde sua fundação por meio de seus diversos canais. Para integrar o rol de atividades voltadas à profissionalização das organizações, o Instituto vai realizar, de 11 a 14 de março de 2014, o Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica – FIFE, em Natal, com o intuito de disseminar a informação técnica para um público cada vez mais amplo.

A ideia do Fórum é reunir no mesmo evento palestrantes de renome que têm expertise em temas relacionados à gestão e oferecer aos participantes a oportunidade de estabelecer uma rede de conhecimento, aprendizado e crescimento profissional. Para maior conforto e organização o evento será composto por salas com palestras simultâneas e momentos no auditório, com todos reunidos, além de momentos de integração dos participantes.

O evento será dividido pelos macrotemas Sustentabilidade, Legislação, Contabilidade, Recursos Humanos, Políticas Públicas e Assistência Social, e contará também com seções de tira-dúvidas sobre temas como Siconv, voluntariado, contabilidade, monitoramento de projetos e direito trabalhista.

Aproveite esta oportunidade para aprender mais sobre técnicas de gestão que podem aprimorar a eficácia da atuação de sua organização. Mais informações: www.fife.org.br

Boa leitura!



MARCIO ZEPPELINI
Presidente
do Instituto Filantropia

ENTREVISTA



Zizi Possi

6

VOLUNTARIADO



Voluntariado e
Copa do Mundo de 2014

25

MEIO AMBIENTE



Instituto Filantropia realiza pesquisa de
satisfação com afiliados

65

DATA FILANTROPIA



Por que as sociedades estão perdendo
a fé nas tecnologias verdes?

72

GESTÃO SOCIAL

Ponto de Vista

14 Atuação na Saúde

Captação de Recursos

17 A remuneração do captador de recursos

18 Orçamento impositivo

Voluntariado

28 Reconhecimento e Valorização do Voluntário

30 O perfil do voluntariado na área da saúde e sua relação com a liderança

Ativismo

32 "Há olhares que a gente não esquece"

Administração

36 Excesso de controle governamental pode estrangular entidades

Contabilidade

38 Atividades meio nas entidades beneficentes

Legislação

40 REFIS da crise

10 RADAR SOCIAL

44 PAINEL DE CONTROLE

76 FIQUE LIGADO!

78 GERAÇÃO DE RENDA

80 REFLEXÃO



MULTIPLICANDO O SUAS

Opinião

49 Papel da assistência social no
desenvolvimento da autonomia do cidadão

Conselhos e conselheiros

51 Ajuda humanitária e assistencialismo:
uma aproximação conceitual

SUAS Brasil afora

54 O papel das entidades de assessoramento

Ficção

57 Conferência





PÚBLICO SELETO, AÇÕES DIFERENCIADAS

EVENTOS VOLTADOS PARA A ALTA SOCIEDADE SÃO
INTERESSANTE FERRAMENTA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

65



Muito marketing e pouca ação

SUSTENTABILIDADE

20



Iniciativas de sucesso

ESPECIAL



www.institutofilantropia.org.br

Rua Bela Cintra, 178 – Consolação – São Paulo – (11) 2626-4019

PRESIDENTE

Marcio Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA

Thaís Iannarelli

ATENDIMENTO

Juliana Leal

Karina Barros

Leila Souza

EVENTOS

Rogério Costa

PROJETOS

Mauricio Dias Lopes

CONSELHO CONSULTIVO

Aron Belinky

Dal Marcondes

Fagna Freitas

Fernanda Lyra

Joris Van Wijk

José Chapina

Livio Giosa

Mara Gabrielli

Marcus Nakagawa

Marianne Pinotti

Michel Freller

René Steuer

Rilder Campos

Tomaz de Aquino

CONSELHO DIRETOR

Danilo Tiisel

Felipe Mello

Marcelo Estraviz

Ricardo Oliveira

Rogério Paganatto

CONSELHO HONORIS CAUSA

Alfredo Norberto Fernandes

André da Silva

Cristina Zeppelini

José Mariano Zeppelini

Júlio Leme

Maria Helena Zeppelini

Rafael Baltresca

Reinaldo Oliveira

Roberto Carlos Latini

Silvia Wiedman

ALIADOS ESTRATÉGICOS



PARCEIROS INSTITUCIONAIS



REVISTA FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

IDEALIZADORES



IMPRESSÃO



EDITOR GERAL: Marcio Zeppelini (43.722/SP) • **EDITORA-CHEFE:** Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)
REDAÇÃO: Paula Craveiro | Luciano Guimarães • **EDIÇÃO:** Bruna Morais | Daniel Gallo | Felipe Lopes | Karina Watanabe | Luciana Silva Rodrigues | Rodolfo Daufembach Lucas • **IMAGENS ILUSTRATIVAS:** shutterstock.com
CONSELHO EDITORIAL DELIBERATIVO: Marcelo Monello | Marcio Zeppelini | Marcos Biasioli | Mauro Zeppelini | Ricardo Monello

Inscrições abertas

O programa do Congresso tem por objetivo contribuir com a atualização e o aprimoramento da capacitação profissional da sociedade civil organizada e das empresas socialmente responsáveis, diante das mutações legais, contábeis e de sustentabilidade do Terceiro Setor.

www.economica.com.br



Coordenador Geral do evento:
Marcos Biasoli



Indicação:

Administradores/Dirigentes Públicos e das organizações não governamentais, Assistentes Sociais, Auditores, Captadores de Recursos, Contabilistas, Ecônomos e Provinciais Religiosos, Estudantes, Membros dos Conselhos Municipais e Estaduais e Operadores do Direito.

Realização:



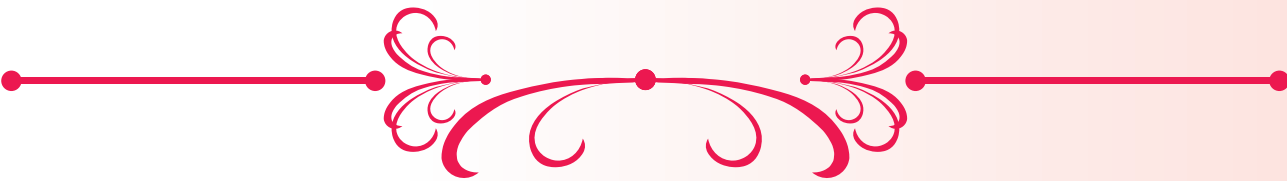
ECONÔMICA
Desenvolvimento Social

**23 de maio de 2014 | Hotel Tivoli Mofarrej
Alameda Santos, 1.437 – São Paulo|SP – Brasil**

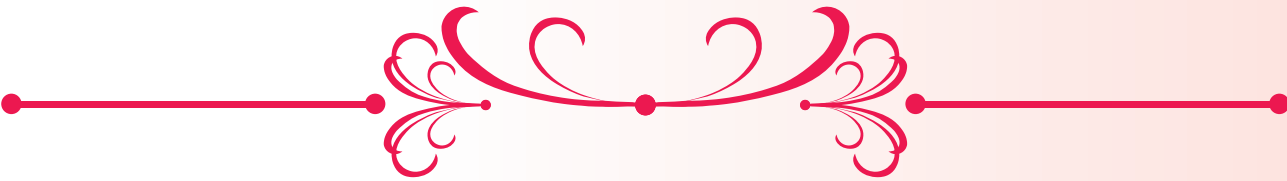


ENTREVISTA





ENGAJAMENTO EM PROL DO DESENVOLVIMENTO HUMANO



Por **Thaís Iannarelli**

ZIZI POSSI ATUA COMO VOLUNTÁRIA NO VIVA E DEIXE VIVER E PONTUA A IMPORTÂNCIA DA SERIEDADE E CREDIBILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Zizi Possi, cantora paulistana nascida no bairro do Brás, é um dos grandes nomes da música brasileira. Em 1982, gravou um dos maiores sucessos de sua carreira, Asa Morena, que lhe rendeu o primeiro disco de ouro. Dentre tantos trabalhos, atuou com a peça teatral O Grande Circo Místico e participou das trilhas de Ópera do Malandro e Cambaio. Com diversos prêmios em sua carreira, uma das obras mais marcantes de Zizi foi Per Amore, produção totalmente realizada em italiano e que garantiu à cantora um disco de ouro, um de platina e um duplo de platina. Após diversos outros trabalhos, em 2008 lançou Cantos e Contos, comemorando 30 anos de carreira. As apresentações foram realizadas ao lado de colegas como Alcione, Alceu Valença, João Bosco, Eduardo Dusek e Ana Carolina, assim como sua filha, a cantora Luiza Possi. ▶

**Revista Filantropia: Como você começou a se engajar na área social?**

Zizi Possi: Na verdade, sempre estive engajada com esse tipo de atuação. Minha família sempre foi muito presente em vários projetos sociais, e desde pequena tive muita ligação com crianças e idosos. Isso sempre foi muito bacana, me tocou muito. Aí eu conheci o Valdir Cimino, fundador do Viva e Deixe Viver, e nos tornamos amigos. Sempre fomos muito próximos, e vi o Viva nascer. Nós fomos tomar uma água de coco, e ele me disse que tinha acabado de ter uma ideia, e que estava indo todos os dias às 5h da manhã no Emílio Ribas contar histórias pras crianças. Ele disse: acho que amor é uma coisa que temos que viver dos dois lados, de quem dá e de quem recebe. Eu nunca vou me esquecer disso. Várias pessoas começaram a se envolver com o projeto, e o Viva é o que é hoje. Então acho que foi mais um sonho que virou realidade e que se tornou a realidade de muitas pessoas.

RF: E hoje qual é a sua relação com o Viva e Deixe Viver?

ZP: A minha participação é mais no sentido de estar presente, de dar uma força, de usar meu nome e minha visibilidade para transformá-la na visibilidade do Viva, em prol da causa.

RF: Como você vê os impactos que o Viva causa nas pessoas beneficiadas?

ZP: Acho que sem dúvida alguma, uma ação do Viva tem pelo menos dez sub-ações que causam impacto. Porque até o próprio critério que eles têm de escolher e preparar pessoas para estar em contato com crianças é muito legal, é um nível de especialização difícil até de encontrar em empresas. Tem um cuidado de preparação, que é muito sério. Então isso garante uma qualidade impressionante do trabalho. E o Valdir andou fazendo pesquisas com as ações dele, e foram descobertas coisas muito importantes. Vou citar algumas que são até antigas, mas fantásticas. O Hospital das Clínicas percebeu que, com a presença dos contadores de história, os pacientes precisavam de menos remédio pra dormir. E isso leva a um impacto físico e emocional, porque emocionalmente a pessoa fica mais confortada e com mais condição de aguentar o tranco dos dramas que está vivendo. O Viva sempre refina e traz sofisticação ao atendimento. Eu acho, e se eu não achasse, não estaria envolvida, que é um trabalho sério, bonito e extremamente funcional.

RF: Como você analisa a atuação do Terceiro Setor no país?

ZP: Eu tenho muito medo quando as pessoas falam que trabalham em uma ONG. A primeira coisa é procurar conhecer a fidedignidade do lugar, ver realmente como é, se o que acontece é o que está sendo anunciado. Porque com toda essa facilitação que há por parte do governo para que haja um

O Brasil tem muito a melhorar em termos da parte humana, a que focaliza o ser humano e a sua evolução para se tornar um ser melhor, e é isso o que está sendo bastante deixado pra trás

engajamento da iniciativa privada no sentido de benefícios sociais, tem muita coisa que não é tão bacana quanto deveria. Ou por incompetência de gestão, ou também porque tem muita coisa que existe pra tirar vantagem de todas as benesses, mas que na verdade não tem essa atuação que se espera de uma ONG. Existe em tudo, por que não haveria nessa área? Eu tomo muito cuidado com isso. Então eu atuo no Viva porque sei que é uma instituição muito séria.

RF: Qual é a importância de pessoas com visibilidade na mídia se engajarem em causas sociais?

ZP: Sinceramente, não sei dizer. Nunca foi feita uma pesquisa pra saber até que ponto a gente pode influenciar positivamente. Mas eu sei que negativamente não conta. Então eu faço de coração mesmo, porque de coração eu me sinto engajada. Eu não consigo nem cantar música que eu não assine embaixo, imagine participar de algo desse tipo. A única coisa que eu tenho na vida é meu nome, então eu não colocaria a única coisa que eu tenho em jogo, e em risco, eu realmente espero que faça uma diferença positiva, que isso possa influenciar mais pessoas para participarem e se empenharem.

ZP: Temos muitas necessidades em termos de melhorias sociais no Brasil. Que pontos você citaria como os que mais precisam ser melhorados?

ZP: Eu acho que existe um tripé, pois não é possível melhorar uma coisa sem a outra, e esse tripé está nas áreas de saúde, educação e justiça. Então dentro dessas áreas, a gente tem muita coisa pra melhorar. Na justiça, se as leis não forem aplicadas, e se elas continuarem a fazer de conta que a gente está vivendo um esquema sofista, nunca vai dar certo. Se não tiver educação, também não dá pra avaliar a parte da justiça, nem nada. E não dá pra dizer que vivemos em um lugar saudável sem justiça ou educação que funcione. E não dá pra gente dizer que estamos bem educados e preparados sem saúde. Então, são três coisas tão ligadas e abrangentes. O Brasil tem muito a melhorar em termos da parte humana, a que focaliza o ser humano e a sua evolução para se tornar um ser melhor, e é isso o que está sendo bastante deixado pra trás. Uma coisa sem a outra não caminha. 🇧🇷



CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

*Mais de 45 anos de
Compromisso com
as Entidades do
Terceiro Setor*

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.



CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Escritório Contábil Dom Bosco

SÃO PAULO/SP:

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar

Perdizes - CEP 01150-001

Fone/Fax: (11) 3868.6333

www.monellocontadores.com.br



AGÊNCIA BRASIL

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU APROVA DÉCADA INTERNACIONAL DE AFRODESCENDENTES

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou uma resolução que cria a Década Internacional de Afrodescendentes. Intitulada *Pessoas Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento*, a Década será celebrada de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024. O objetivo é aumentar a conscientização das sociedades no combate ao preconceito, à intolerância, à xenofobia e ao racismo. O documento enfatiza que, apesar de muitos esforços pelo mundo, “milhões de seres humanos continuam a ser vítimas do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância relacionada, inclusive suas manifestações contemporâneas, algumas das quais tomam formas violentas”. A representação brasileira nas Nações Unidas ressaltou que o país tem o maior número de pessoas de ascendência africana fora do continente. A delegação do Brasil lembrou que o país continua a enfrentar o racismo e a intolerância herdada de seu passado colonial.

www.onu.org.br

PESQUISA APONTA CARÊNCIA EM MAIS DE 6 MILHÕES DE HABITAÇÕES NO PAÍS

Uma pesquisa feita pela Fundação João Pinheiro e o Ministério das Cidades mostrou que, em 2010, existiam no Brasil 6,94 milhões de habitações com algum tipo de carência, ou seja, 12,1% dos domicílios. Desse total, os Estados de São Paulo (1,495 milhão), de Minas Gerais (557 mil) e da Bahia (521 mil) concentravam o maior número de unidades catalogadas. Para o levantamento, foi considerado como déficit habitacional residências que apresentavam alguma dessas características: habitações rústicas ou improvisadas, coabitação familiar (soma

de cômodos e famílias conviventes visando a uma residência exclusiva), gastos com aluguel superiores a 30% da renda familiar e locais onde havia mais de três pessoas morando no mesmo dormitório. Em comparação com o total de domicílios existentes, os Estados da Região Norte, além do Maranhão, no Nordeste, apresentaram os piores índices: Maranhão (27,3% de habitações com alguma carência), Amazonas (24,2%), Amapá (22,6%), Pará (22%) e Roraima (21,7%).

www.agenciabrasil.gov.br

EMPRESAS LANÇAM MOVIMENTO PARA AMPLIAR DIREITOS DE GAYS

O Instituto Ethos lançou em dezembro um manual sobre como lidar com direitos de funcionários gays – 40 companhias ajudaram a formular o documento. Segundo Jorge Abrahão, presidente do instituto, o guia define dez compromissos que as corporações podem adotar para garantir os direitos desses profissionais, como incluir o parceiro no plano de saúde. Entre eles, está o comprometimento explícito da diretoria e a promoção de ações de desenvolvimento profissional. O Ethos não sugere um plano de carreira específico, mas, sim, que a empresa consiga criar um ambiente favorável para que eles se sintam livres. Abrahão considera que houve avanços na promoção de direitos de outros segmentos, como negros e mulheres, e que, agora, “a questão LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) é a fronteira”. “O T é o que mais necessita de políticas específicas, mas o L, o G e o B também”, diz o executivo. Em um vídeo de apresentação do manual, que o Ethos publicou no YouTube, Guilherme Bara, coordenador de diversidade da empresa química Basf, afirma que não é raro conversar com responsáveis por seleção de candidatos e ouvir comentários como “o candidato era muito bom, mas era muito gay”. Uma das práticas que o manual recomenda para combater isso é a criação de grupos de trabalhadores LGBT.

 www.ethos.org.br



NOVA GASOLINA REDUZIRÁ EMISSÃO DE ENXOFRE EM 94%

A emissão de enxofre na atmosfera terá uma redução de 94% com a adoção, desde 1º de janeiro de 2014, em todo o território nacional, da gasolina S50, que passou a conter, no máximo, 50 partes por milhão de enxofre. Além disso, a emissão de poluentes deverá cair até 59%, no médio e longo prazo, nos veículos mais modernos, contribuindo para a melhora da qualidade do ar e para a diminuição de doenças respiratórias. Com a nova composição, a gasolina comercializada no Brasil terá qualidade semelhante à vendida nos Estados Unidos, Canadá e Europa. Antes, a gasolina comercializada no Brasil possuía 800 partes por milhão de enxofre,

ou seja, 16 vezes mais do que a quantidade de enxofre máxima do novo combustível. A medida tem o objetivo de oferecer à população um combustível com mais qualidade, com significativa redução dos impactos ambientais, mas sem perda de desempenho do motor. A mudança atende a especificação técnica estabelecida pela Resolução nº 40/2013, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de outubro de 2013, e vai ao encontro dos objetivos do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

 www.institutocarbonobrasil.org.br



MANUEL DUTRA



QUATRO MAIORES ECONOMIAS DA UNIÃO EUROPEIA PEDEM POR CORTE DE 40% NAS EMISSÕES

Na primeira semana de janeiro de 2014, Alemanha, França, Reino Unido e Itália enviaram uma carta pedindo que a União Europeia (UE) implemente uma meta de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEEs) mais ambiciosa do que a atual até 2030. O documento, remetido a Connie Hedegaard, comissária climática da UE, e a Gunther Oettinger, comissário de energia do bloco, pede por uma meta de corte de GEEs para 2030 de pelo menos 40% em relação aos níveis de 1990. A atual meta é de uma diminuição de 20% até 2020 em comparação com os índices de 1990. O texto foi assinado pelos alemães Barbara Hendricks e Sigmar Gabriel, ministros do Meio Ambiente e da Energia; pelo britânico Ed Davey, secretário de Energia e Mudanças Climáticas; pelo francês Philippe Martin, ministro da Ecologia; e pelo italiano Andrea Orlando, ministro do Meio Ambiente. Segundo os ministros, a meta deve ser parte de novas propostas para o desenvolvimento energético e a mitigação das mudanças climáticas que a Comissão Europeia apresentará para os Estados-membros nos próximos meses. O documento sustenta que mais energia deve vir de fontes como eólica e solar, e que uma meta maior das renováveis possibilitaria mais investimentos nessas fontes, reduziria a dependência na importação de energia e tornaria o planejamento energético mais eficiente. A comissão deve anunciar no final de janeiro se realmente estabelecerá as novas metas propostas de redução de emissões e de renováveis.

<http://j.mp/1hsJGQh>

CRESCE NÚMERO DE CASOS DE TRABALHO ESCRAVO URBANO NA ‘LISTA SUJA’

A pesar de a pecuária continuar como atividade predominante dentre os nomes que compõem a última atualização da “lista suja” do trabalho escravo, as formas urbanas de escravidão têm cada vez mais presença. Das 110 inclusões do cadastro, cuja atualização foi divulgada em 30 de dezembro, dez são de empresas ou pessoas que exploraram em meio urbano – um total de 120 trabalhadores submetidos a pelo menos um dos quatro elementos definidos no artigo 149 do Código Penal como caracterizantes de condições análogas às de escravos. A “lista suja” é uma das principais ferramentas no Brasil para o combate do trabalho escravo contemporâneo. Mantida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), os nomes incluídos permanecem pelo menos dois anos na relação e são acrescidos após análise minuciosa de cada caso pelo MTE. Uma vez no cadastro, as pessoas e empresas da “lista suja” são impossibilitadas de receber financiamentos públicos e de diversos bancos privados, além de não conseguirem fazer negócios com as empresas signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

<http://reporterbrasil.org.br/listasuja/resultado.php>



ESTADO DO RIO VAI CUMPRIR A LEI E ACABAR COM LIXÕES ATÉ 2014

O secretário do Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Minc, disse que o Estado do Rio de Janeiro deve ser o primeiro do país a acabar com os lixões, o que está previsto para ocorrer no próximo ano. Ele apresentou o balanço de 2013 do Programa Coleta Seletiva Solidária, da Secretaria de Estado do Ambiente, que reuniu cerca de 180 pessoas, entre representantes de prefeituras, cooperativas de catadores de lixo e agentes ambientais. “Em 2014 vamos acabar com todos os lixões do Estado. Talvez seremos o primeiro Estado do Brasil a cumprir a lei, segundo a ministra Izabella Teixeira”, adiantou Minc. Segundo ele, no entorno da Baía de Guanabara já foram fechados todos os grandes lixões, citando Itaoca, em São Gonçalo, na região metropolitana; Babi, em Belford Roxo; e Gramacho, em Caxias, ambos na Baixada Fluminense. De acordo com ele, o Rio de Janeiro deu um grande salto com o fechamento dos lixões e a abertura de aterros sanitários para substituí-los. No entanto, como ocorre em todo o Brasil, está atrasado na coleta seletiva e na reciclagem. “Do ponto de vista da reciclagem, nesses mesmos anos, passamos de 1% de coleta seletiva domiciliar para 3%. Ou seja, 95% das residências ainda não fazem a separação e a coleta seletiva”, admitiu Minc. Pela lei nº 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, após 2014 o Brasil não poderá mais ter lixões, que serão substituídos pelos aterros sanitários. Além disso, os resíduos recicláveis não poderão ser enviados para os aterros sanitários e os municípios que desrespeitarem a norma podem ser multados.

<http://envolverde.com.br>



LEI QUE DEFINE CRIMES DE RACISMO COMPLETA 25 ANOS

Foi criada há 25 anos a lei nº 7.716, que define os crimes resultantes de preconceito racial. A legislação determina a pena de reclusão a quem tenha cometido atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Com a sanção, a lei regulamentou o trecho da Constituição Federal que torna inafiançável e imprescritível o crime de racismo, após dizer que todos são iguais sem discriminação de qualquer natureza. A lei ficou conhecida como Caó em homenagem ao seu autor, o deputado Carlos Alberto de Oliveira. A partir de 5 de janeiro de 1989, quem impedir o acesso de pessoas devidamente habilitadas para cargos no serviço público ou recusar a contratar trabalhadores em empresas privadas por discriminação deve ficar preso de dois a cinco anos. É determinada também a pena de quem, de modo discriminatório, recusa o acesso a estabelecimentos comerciais (um a três anos), impede que crianças se matriculem em escolas (três a cinco anos), e que cidadãos negros entrem em restaurantes, bares ou edifícios públicos ou utilizem transporte público (um a três anos).

www.agenciabrasil.gov.br



ATUAÇÃO NA SAÚDE

Ilda Peliz, presidente da ABRACE, fala sobre as mudanças na Lei da Filantropia e os impactos para a área da saúde

Por **Thais Iannarelli**

Com atuação de muitos anos no setor privado, Ilda Peliz tornou-se gestora de Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias (ABRACE) em 1996, e hoje representa também a Confederação Nacional de Instituições de Apoio e Assistência à Criança e ao Adolescente com Câncer (CONIACC). Hoje, a instituição é referência em gestão para organizações da área de assistência social e saúde, e Ilda luta para defender os direitos das instituições nas políticas públicas e na legislação brasileira. Em entrevista à Revista Filantropia, ela conta sobre sua atuação e sobre as mudanças na Lei da Filantropia, que aconteceram recentemente e afetarão as organizações da saúde, da assistência social e da educação.

convidada para assumir a presidência da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias (ABRACE), que atendia famílias carentes que passavam pela mesma experiência que eu tinha passado. Ainda atuava no banco, mas consegui espaço para administrar a ABRACE. Assim que comecei a atuar no Terceiro Setor percebi a necessidade de buscar capacitação. Logo entendi que não bastava saber sobre planejamento estratégico, marketing e orçamento. Existia a necessidade de capacitação em áreas específicas, como a social, a saúde, os direitos da criança e do adolescente, entre outros. Fiz uma pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão de ONGs. Tenho certeza que tudo isso foi fundamental para o sucesso do nosso trabalho, pois conseguimos tornar a instituição uma referência em gestão do Terceiro Setor em Brasília.

Revista Filantropia: Como você fez a transição da carreira no setor privado para a área social?

Ilda Peliz: Trabalhei no Banco do Brasil, em Brasília, durante 28 anos, principalmente como gestora. Em 1995, perdi uma filha de 2 anos portadora de um tumor. Depois, em 1996 fui

RF: Qual foi seu papel como representante da CONIACC para as mudanças que levaram à lei nº 12.868/2013?

IP: Como gestora da ABRACE e representante da Confederação Nacional das Instituições de Apoio à Criança com Câncer

(CONIACC), fomos convidados pela Casa Civil da Presidência da República a fazer parte de um grupo que representaria a sociedade civil (nas áreas de saúde, educação e assistência social). Essas pessoas analisariam a minuta da Lei da Filantropia proposta pelo Executivo. O trabalho foi muito democrático, e junto com alguns parlamentares tivemos a oportunidade de defender os interesses do Terceiro Setor, fazendo propostas de inclusão de artigos ou de alteração na redação de tópicos.

RF: Como você analisa as alterações desta lei para a obtenção do CEBAS?

IP: Acho que foi muito importante adotar este modelo pelo qual cada ministério fica responsável pela certificação de sua área. Porém, a legislação precisava ser aperfeiçoada e adequada, pois alguns segmentos, como as Casas de Apoio para pacientes em trânsito e a Pastoral da Saúde, não se enquadravam nos critérios do Ministério da Saúde nem do Ministério de Assistência Social e Combate à Fome. Além disso, a legislação anterior previa penalidade para as instituições que perdessem o prazo para renovação, e o Ministério analisador teria o prazo de seis meses para analisar uma nova solicitação. Uma solicitação de renovação fora do prazo era considerada intempestiva, e por isso deixava de ser considerada renovação, e passava a ser uma nova proposta. A instituição perdia seu certificado, entrava na fila das novas solicitações e poderia ter de esperar até três anos para obter seu novo certificado de filantropia. Conseguimos incluir e aprovar uma proposta da CONIACC de forma que a instituição que perder o certificado pela intempestividade e se não tiver sua solicitação analisada em seis meses, só perderá as isenções pelo prazo de seis meses. Entendemos que esta proposta trará o equilíbrio das penalidades, ou seja, o Governo (Ministérios) pode até demorar, porém, não ficará arrecadando indevidamente além dos seis meses.

RF: O que mudou para as instituições de saúde?

IP: As instituições que saíram do Ministério de Assistência Social e Combate à Fome (MDS) e migraram para a Saúde terão seus pedidos analisados em menor tempo, uma vez que a quantidade de instituições de saúde é infinitamente menor que as de Assistência Social. Além disso, os critérios para o enquadramento na saúde, na educação e na assistência social ficara mais equilibrados. Pela legislação anterior, instituições que atuavam com a prevenção e o combate ao câncer e às DST/Aids, por exemplo, não se enquadravam nem na saúde nem na assistência social, e agora serão enquadradas como saúde. A lei 12.868/13, aprovada em 15/10/13, modifica, entre outras, a Lei 12.101, de 27/11/2009. Vemos isso como um grande avanço e principalmente um momento democrático, pois permitiu que Instituições do Terceiro Setor se manifestassem a respeito da formalização da política pública. Eu atuo em nome da



Ilda Peliz, presidente da ABRACE

CONIACC resolvendo, em Brasília, os problemas das associadas da nossa Confederação, em especial as demandas pela certificação, e posso garantir: hoje ficou muito mais fácil, transparente e justo.

RF: Como você analisa a atuação das organizações que atuam com a saúde no Brasil, especialmente no tratamento e na prevenção do câncer?

IP: As instituições que atuam na área da saúde são parceiras do Governo Federal, Estadual e Municipal. Elas são criadas e mantidas pela sociedade civil e têm como objetivos complementar o papel do estado, garantindo qualidade de vida, oferecendo assistência psicossocial, suprimindo as necessidades básicas dos seus assistidos, em especial das famílias carentes. Elas também atuam na garantia dos direitos desses usuários. As organizações que atuam com assistência social ao usuário da saúde pública são criadas por pessoas que passaram pela experiência com determinada patologia e se propõem a ajudar outras pessoas que estão passando pela mesma experiência. Felizmente, a sociedade enxerga e apoia essas ações desde que a organização seja bem administrada, com transparência e ética. 📌

Treinamentos em Gestão Social



São Paulo-SP
20 de março

**Incentivos Fiscais para
Captação de Recursos**

Danilo Tiisel e Michel Freller

São Paulo-SP
25 de março

**Estatuto social: como e
quando é necessário reformular?**

Danilo Tiisel e Carol Carrenho

São Paulo-SP
25 de março

**Relações Públicas
no Terceiro Setor**

Valdir Cimino

São Paulo-SP
26 e 27 de março

**Oficina em Indicadores Sociais -
Intensivo de 16 horas**

Carol Zanoti

São Paulo-SP
28 de março

**Comunicação interpessoal
e técnicas de apresentação**

Letterino Santoro

São Paulo-SP
31 de março

**Regimento interno:
Implantação e revitalização**

Danilo Tiisel e Carlos Chinaite

São Paulo-SP
1 de abril

**Desenvolvimento comunitário
e o trabalho com famílias**

Maria Iannarelli

São Paulo-SP
3 de abril

**Coaching e gestão de equipes de
alto desempenho no Terceiro Setor**

Edson Marques

São Paulo-SP
3 de abril

**CMDCA em 4 etapas: Registro,
Projeto, Captação e Prestação
de contas**

Carol Zanoti

São Paulo-SP
4 de abril

Criação de Valor Compartilhado

Helena Sato



Venha conhecer a estrutura da Diálogo Social!

Apoio:

REVISTA
FILANTROPIA

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2978-6686

dialogo@dialogosocial.com.br

diálogo
social



Acesse o site pelo
seu smartphone



A REMUNERAÇÃO DO CAPTADOR DE RECURSOS

O profissional de captação de recursos deve ser remunerado pelo trabalho efetivamente desenvolvido para a organização, precisando considerar no valor a receber o tempo dedicado à atividade realizada e o conhecimento (experiência) com o qual ele conta, que impacta positivamente o seu trabalho.

Em outras palavras: o(a) captador(a) de recursos (*fundraiser*) deve receber por valor fixo pré-definido, e este é um princípio que faz parte da essência da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), estando previsto em nosso Código de Ética e Conduta Profissional.

Regra geral, o ideal é o captador fazer parte da organização para a qual atua como funcionário registrado, de acordo com o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Além de ser o ideal, é também prática disseminada: não há no mundo, e também no Brasil, uma única grande organização da sociedade civil que não tenha captadores(as) contratados como funcionários.

O motivo para isso é que somente estando dentro da organização, vivenciando o dia a dia dela e compartilhando a causa para a qual ela existe é que os captadores conseguem estar plenamente preparados para atuar solicitando doações para a sustentabilidade da instituição.

No Brasil, porém, sabe-se que um grande número de organizações não têm condições de contratar funcionários. Isso não impede, no entanto, que elas contratem captadores (as) de recursos para, dentre outras atividades, apoiar a definição da estratégia de captação, a elaboração do plano, a estruturação da captação com indivíduos, empresas etc.

Nesses casos, o vínculo, mesmo que provisório, deve ser garantido mediante o acerto prévio de qual será a remuneração do profissional: um valor fixo, que independa do resultado a vir a ser alcançado e que seja adequado para custear o tempo

dedicado pelo(a) captador(a) à tarefa. Esse valor fixo pode ser complementado com outra variável, que premie os bons resultados, como bônus ou gratificações, por exemplo.

O que é expressamente vedado pela ABCR, porém, e pelas boas práticas mundiais da captação de recursos, é a remuneração do(a) captador(a) paga a partir de um percentual do que for captado.

Essa prática faz com que o risco do trabalho contratado seja dividido com o captador, e isso não é aceitável: o risco do resultado deve ser de quem contrata - a organização - e não de quem é contratado. E é assim que funciona quando se contrata um administrativo, um gerente de projetos, RH etc. (Em tempo: não há restrição para que a remuneração seja paga durante a implantação do projeto, como no caso daqueles inseridos em leis de incentivo. Restringe-se apenas à forma de remuneração, que não pode ser dependente exclusivamente do sucesso ou não da captação - que seria o comissionamento).

Ademais, essa modalidade também não estimula o vínculo do profissional para com a organização e tira a legitimidade do mesmo junto aos doadores, que percebem que parte do recurso que doarão para os trabalhos sociais, culturais, ambientais, etc., acabará sendo utilizada para pagar diretamente o profissional que está solicitando o recurso.

Em resumo: o(a) captador(a) deve ser um funcionário da organização, contratado exclusivamente para esta função. Quando isso não for possível, deve ser contratado mediante valor fixo pré-definido, que pode ser complementado com bônus ou gratificações. E, em hipótese alguma, deve receber exclusivamente um percentual (comissionamento) do valor total captado.

Melhores captadores (as), mais bem remunerados (as) — e da maneira certa (considerando o seu perfil profissional) — farão uma sociedade civil mais forte e preparada para sua sustentabilidade. E é isso que todos querem, inclusive a ABCR. 🏡

.....
Melhores captadores (as), mais bem remunerados (as) - e da maneira certa (considerando o seu perfil profissional) - farão uma sociedade civil mais forte e preparada para sua sustentabilidade



ORÇAMENTO IMPOSITIVO

Como este orçamento pode afetar as transferências via Siconv?

Você já deve ter ouvido falar sobre orçamento impositivo. Mas será que já compreendeu tudo o que está por trás dessa novidade? Neste artigo o objetivo é trazer a compreensão de como isso pode afetar as transferências voluntárias da união.

Em 26 de dezembro de 2013 foi publicada a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), instrumento do governo que compõe o planejamento do orçamento da União, o qual traz novos parâmetros para as transferências voluntárias, e a grande novidade foi a aprovação do orçamento impositivo.

O mecanismo do orçamento impositivo obriga o governo a pagar integralmente as emendas parlamentares (recursos orçamentários que deputados e senadores destinam para as suas bases eleitorais). Antes do orçamento impositivo, as emendas chegavam a ser inscritas no orçamento, mas o dinheiro não era necessariamente liberado.

Aconteciam então as barganhas políticas, segundo as quais os partidos da oposição sempre eram os menos favorecidos, afetando diretamente o bom desenvolvimento de projetos e ações de benefícios à população.

Um projeto inserido no Siconv beneficiado de emenda parlamentar muitas vezes estava fadado ao insucesso, uma vez que o beneficiado de tal recurso não se preocupava em como fazer. A aprovação de tal projeto se dava, em grande parte, com várias falhas graves, o que resultava na perda de recursos.

Por outro lado, alguns projetos seguiam – e seguem – altos padrões de planejamento, qualidade e, mais importante, estão de acordo com as necessidades dos cidadãos. Porém,

não basta ter um bom projeto quando se fala de emendas parlamentares; é condição *sine qua non* que o parlamentar tenha boa influência para conseguir que suas emendas sejam pagas, e, em muitos casos, nunca chegam a ser viabilizadas de fato. O recurso nunca chega em conta, gerando custos dispendiosos à máquina pública como órgão repassador de recursos e para as demais instituições que solicitam os recursos.

Com o orçamento impositivo, todo parlamentar terá direito que suas emendas sejam pagas integralmente, ou seja, cada um terá à sua disposição o valor de R\$ 14,6 milhões. Alguns apontam que esta é a porta para a corrupção, mas acredito que o cenário pode começar a mudar, e o Siconv se tornará cada vez mais uma ferramenta de transparência e gestão de qualidade.

Os projetos a serem apresentados em 2014 deverão seguir maior rigor para aprovação. Exigências que ficavam somente na lei passarão a ser colocadas em prática, e assim o povo brasileiro poderá acompanhar com mais transparência e até mesmo aprender a exigir mais.

Para acompanhar de perto as transferências voluntárias da União acesse www.convenios.gov.br, clique em Acesso Livre, e, em seguida, acesse ‘Consultar Convênios’. Preencha os campos de pesquisa, acompanhe o que já foi aprovado e como está sendo realizada a gestão.

O orçamento impositivo é muito mais que uma fonte de recursos segura. Ele poderá servir para transformar a gestão de projetos e fazer com que as análises via Siconv venham a ser mais rigorosas. Em consequência disso, teremos projetos mais bem-sucedidos, e recursos mais bem investidos. 📌

MARKET ANALYSIS



EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573

www.marketanalysis.com.br

Seteco há 45 anos agregando valor na gestão de negócios

A competência de uma organização pode ser medida pela qualidade e grau de exigência, quanto a coerência e precisão de um trabalho contábil.

Dedique-se ao seu negócio e terceirize com a **SETECO**, especializada nos segmentos indústria, comércio, serviços e terceiro setor.

- ✓ Terceirização contábil, fiscal e trabalhista (Outsourcing)
- ✓ Prevenção e mitigação de riscos (Compliance)
- ✓ Automação, integração e administração de controles internos (BPO)
- ✓ Consultoria empresarial e tributária (Tax)
- ✓ Sistema Integrado de Gestão (ERP)
- ✓ Imposto de renda pessoa física
- ✓ Abertura de empresa e alterações contratuais





INICIATIVAS DE SUCESSO

**Prêmios Empreendedor Social e Empreendedor Social de Futuro 2013
reconhecem iniciativas da Saúde e da Educação Inclusiva**

Por **Thaís Iannarelli**

Em sua nona edição, o Prêmio Empreendedor Social, realizado pela Folha de S. Paulo em parceria com a Fundação Schwab, tem como objetivo selecionar, premiar e fomentar os líderes socioambientais mais empreendedores do Brasil, que desenvolvam ações inovadoras, sustentáveis e com comprovado impacto ambiental. Acompanhando esta ação, há cinco anos acontece também o Prêmio Folha Empreendedor Social de Futuro, que revela empreendedores socioambientais inovadores em iniciativas de um a três anos de existência.

Em 2013, os vencedores da primeira e da segunda premiação, respectivamente, foram Merula Steagall, presidente da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale) e da Associação Brasileira de Talassemia (Abrasta), e os jovens Alexandre Amorim, Luiz Ribas e Diego Moreira, fundadores da Ação Social para Igualdade das Diferenças (ASID).

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Merula e Alexandre falam sobre suas iniciativas e sobre os seus setores de atuação.

Nosso slogan é 100% de esforço onde houver 1% de chance. E vivenciamos isso, não perdemos a esperança. O reconhecimento do prêmio foi comemorado por toda a equipe, e de certa forma ampliou a nossa responsabilidade

- Merula Steagall

Revista Filantropia: Como você se envolveu com essa área e passou a presidir as duas associações?

Merula Steagall: A Abrasta nasceu em 1982, criada por meus pais, assim como pais de outros pacientes com talassemia, que é uma condição genética envolvendo a dificuldade na produção dos glóbulos vermelhos. A doença era muito rara e desconhecida, e quando nasci, em 1966, a expectativa de vida que recebi foi de cinco anos. Assim, em 1982 alguns pais se reuniram para organizar a associação e tentar compartilhar a experiência entre eles. Eles foram cuidando da Abrasta por quase 20 anos, mas em 2000 – eu já tinha três filhos, estava casada e cuidando da minha empresa – eles se reuniram para encerrar as atividades da associação. Para evitar isso, dispus-me a ir uma vez por semana à associação, para ajudar, e fui eleita presidente. Pouco tempo depois, após estar envolvida com as questões da saúde e já em contato com o governo, implementei a Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale) após perceber a necessidade apontada por oncologistas e especialistas na área.

RF: E como surgiu a demanda da Abrale?

MS: No início da minha atuação na Abrasta, reuni-me com o então ministro da Saúde, José Serra, apresentei o convite e solicitei sua ajuda para estruturar um tratamento para a talassemia. Com isso, construímos uma relação importante com o governo. Em dois anos, fizemos conferências internacionais, trabalhamos e evoluímos muito. A partir daí, o governo passou a oferecer tratamentos de cuidado com o sangue como programa de política para essas pessoas. Por isso, o Serra sugeriu que, se fizéssemos este trabalho com outras patologias, seria fantástico. Com isso, consultei os médicos onco-hematologistas, e eles trouxeram a demanda da leucemia e do linfoma. Assim, indicaram pacientes e familiares de todo o Brasil que pudessem se envolver em uma causa como essa e fundamos a Abrale. A ideia não é ser uma



RENATO STOCKER/ALAMY

MERULA STEAGALL

Vencedora do Prêmio Empreendedor Social 2013

Merula é **administradora e mentora** da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale), que produz e dissemina conhecimento para alcançar a excelência e a humanização no cuidado integral de pacientes onco-hematológicos. Preside também a Associação Brasileira de Talassemia (Abrasta), que foca em pacientes com talassemia, com forte impacto em políticas públicas de saúde.

instituição de atendimento, mas de construir pontes entre quem tem o conhecimento e os pacientes. O interessante foi que todas as pessoas que vieram de outras cidades já começaram com o compromisso da atuação regional em suas respectivas cidades. Hoje temos funcionários em 14 capitais, além de São Paulo, e contamos com uma equipe de 54 funcionários e 200 voluntários.

RF: E como é a atuação da Abrale?

MS: Trabalhamos desde o acesso ao diagnóstico preciso em um centro de referência do SUS até a finalização do tratamento, e atuamos também com questões que permeiam essa situação, como a reinserção no mercado de trabalho. Diferentemente do meu caso, que tenho talassemia – enquanto eu viver, tenho que fazer tratamento – quem tem câncer faz um período intenso de tratamento, mas quando em remissão, tem dificuldade de contratação. A palavra ‘câncer’ ainda traz a sensação de pânico, apesar dos avanços.



RENATO STOCKLER/NA LATA

Abrale atende pacientes com condições onco-hemopatológicas

Trabalhamos também com a questão da fertilidade, pois a pessoa que faz um tratamento para o câncer pode ficar estéril, mas nem sempre sabe disso. Então levamos este olhar do paciente para o médico. Começamos a fortalecer nossa comunicação com o governo, participamos formalmente do Conselho Nacional de Saúde, que é o órgão do Ministério da Saúde que dá as diretrizes ao Instituto Nacional do Câncer (INCA). Resumindo, temos quatro pilares: apoio ao paciente, que envolve o processo de acolhimento; políticas públicas, para atuação política; educação, que atinge os *stakeholders* que atuam conosco; e pesquisa, que consiste no cadastro de 25 mil pacientes durante nossa década de atuação. Com isso conseguimos mapear as demandas e ter elementos para trabalhar.

RF: Como você vê o tratamento a esses tipos de doença hoje no Brasil?

MS: Nesta última década, houve avanços científicos muito importantes, ou seja, novos remédios, novas leis, novas portarias. No Brasil, temos médicos com qualificação internacional, tão bons quanto os que atuam nos melhores centros de tratamento do mundo. Porém, a parte da infraestrutura é muito precária, estamos muito defasados, e isso causa um sofrimento desnecessário ao paciente. Com pouco investimento, seria possível melhorar, porque existem as leis

que dão respaldo, mas nem sempre elas são implementadas. Outra situação é que ainda é o médico quem determina o tratamento, quem tem poder para definir isso. Estamos trabalhando por um processo de decisão compartilhada, ou seja, que o paciente saiba quais são suas opções. Mas hoje, no sistema público, o médico prescreve e a pessoa tem pressa de começar o tratamento. É importante divulgar mais, pois mesmo em um diagnóstico difícil, a pessoa precisa ter calma e confiança para pesquisar o que existe e tomar a decisão certa.

RF: E, para você, como foi ganhar o Prêmio Empreendedor Social?

MS: Foi uma surpresa, porque nossa maior motivação é conseguir tocar a vida das pessoas. Para mim é uma benção saber que todos os dias posso acordar e ter um trabalho no qual eu possa de fato exercer a máxima do amor ao próximo. Nosso slogan é 100% de esforço onde houver 1% de chance. E vivenciamos isso, não perdemos a esperança. O reconhecimento do prêmio foi comemorado por toda a equipe, e de certa forma ampliou a nossa responsabilidade. Isso porque se estamos em uma liderança de projetos, principalmente na área da saúde, temos que continuar sendo inovadores. É um momento bacana de revisão de planejamento estratégico para pensar na próxima década.

O prêmio para nós veio para alavancar, em todos os sentidos. Em mídia, em conhecimento. É tudo questão de potencializar a ASID. Em termos de perspectiva, queremos expandir para outros Estados em 2014, começar a sair de Curitiba

- Alexandre Amorim

Revista Filantropia: Como surgiu a ideia de criar a ASID?

Alexandre Amorim: Basicamente, a ASID começou como um trabalho universitário. Eu tenho uma irmã com Síndrome de Down e autismo que estudou em várias escolas. Vivenciamos a dificuldade de encontrar uma instituição, pois às vezes a infraestrutura não era boa, ou tinha muita fila de espera. Aí comecei a pensar que eu era da classe média, com uma estrutura de vida e renda estabelecida, e me indaguei sobre as pessoas que não tinham esta condição. Com essa questão em mente, fizemos um projeto universitário sobre as escolas especiais: por que elas não crescem? Consideramos que era por falta de gestão. Com essa teoria, listamos as escolas e passamos a trabalhar com gestão e empregabilidade da pessoa com deficiência. Em 2009, passamos a estudar sobre o Terceiro Setor, para entender como criar uma instituição e, no início de 2010, constituímos a ASID.

RF: E qual foi o diagnóstico encontrado por vocês?

AA: Encontramos que a gestão é falha. Hoje, quem preside as escolas especiais são pais que trabalham o dia inteiro e não têm conhecimento quase nenhum de gestão financeira ou captação de recursos. Isso gera um amorismo na administração, mesmo que haja muita força de vontade. Por isso atuamos como uma consultoria, fazemos a assessoria para essas escolas, trabalhamos com finanças, fluxo de caixa, marketing e até infraestrutura física, por meio de um programa de voluntariado.

RF: E o que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Especial?

AA: É uma forma de mensurar como está a instituição. O índice reúne mais de 40 indicadores que medem como os pais e professores veem a escola, como está o marketing, o financeiro, a captação de recursos, o impacto social, se tem atendimento clínico, interação com as famílias e sustentabilidade financeira. Então, com o IDEE conseguimos dizer se a escola é idônea – pois nosso princípio é somente trabalhar com escolas idôneas. Depois, é possível fazer o diagnóstico, dizer onde estão os pontos fortes, o que precisa ser melhorado. O terceiro atributo é estabelecer o que é necessário para que aquela seja uma escola sustentável, para que ela cresça. A partir daí o trabalho



RENATO STOCKLER/ALTA

ALEXANDRE AMORIM

Vencedor do Prêmio Empreendedor Social de Futuro

Alexandre Amorim é **administrador e diretor** de projetos da Ação Social para Igualdade das Diferenças (ASID). Juntamente com Luiz Hamilton Ribas e Diego Tutumi Moreira, trabalha para levar soluções de gestão a escolas e instituições que trabalham com pessoas especiais. Criaram o Índice de Desenvolvimento da Educação Especial (IDEE), que gera um diagnóstico de cada instituição.

depende de cada caso, os projetos são personalizados dependendo da necessidade da instituição. É importante dizer que trabalhamos somente com escolas especiais filantrópicas ou governamentais.

RF: Como você analisa a ideia de incluir as pessoas com deficiência em escolas regulares, em vez de inseri-las em escolas especiais?

AA: Vejo que é preciso conhecer e entender que existem vários tipos de deficiência. Algumas pessoas podem estar no ensino regular, e isso é positivo. Nem todas as pessoas com deficiência precisam estar no ensino especial. Mas o regular precisa se preparar muito para conseguir receber as pessoas com deficiência, não só em termos de infraestrutura física. Precisa preparar mais funcionários, fazer campanhas inteligentes sobre as diferenças e o preconceito. Mas mesmo assim, existem vários tipos de deficiência que não se adaptariam ao ensino regular, e isso é fato. É entendendo isso que vemos a importância das escolas especiais. As duas devem conviver juntas, e não serem concorrentes.

RF: E para vocês, como foi ganhar o Prêmio Empreendedor Social de Futuro?

AA: O prêmio para nós veio para alavancar, em todos os sentidos. Em mídia, em conhecimento. É tudo questão de potencializar a ASID. Em termos de perspectiva, queremos expandir para outros Estados em 2014, começar a sair de Curitiba. Pretendemos ir para São Paulo e Santa Catarina, abrir portas com outras escolas. 🍷



**A PAULOUS participa da
implantação do Sistema
Único de Assistência Social - SUAS,
por meio do Assessoramento
técnico às entidades
socioassistenciais de todo o Brasil.**



VOLUNTARIADO E COPA DO MUNDO DE 2014

Todos mobilizados para um legado do bem

O Brasil, país sede da 20ª Copa do Mundo da FIFA, não somente sediará este grande evento esportivo. Também existe o desafio de mobilizar a população para se engajar e participar dos programas de voluntariado organizados pela FIFA e pelo Ministério dos Esportes, experiência que já foi vivenciada na Copa das Confederações.

O mundial terá 12 cidades-sede: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, e a expectativa de quase 4 milhões de turistas vindos de todas as partes do mundo vai além da participação nos jogos e ultrapassa esses 12 municípios. A Copa do Mundo vai trazer um movimento enorme de turistas, e funcionará como

um aprendizado para os brasileiros em termos de melhoria na recepção e atendimento, com consequências positivas à imagem do país.

Isso é percebido com otimismo pela população em geral. Segundo pesquisa apresentada pelo Ibope, 83% dos entrevistados concordam com a assertiva de que, após a Copa, os brasileiros terão ainda mais orgulho do país. A expansão do fluxo turístico, entretanto, depende de fatores condicionantes, entre eles a ampliação e a manutenção das políticas de formação para profissionais do setor de turismo. Nesse sentido, o voluntariado antes e durante o evento esportivo pode funcionar como uma grande escola, que promoverá a qualificação profissional, ganhos culturais e efeitos sobre a renda futura dos envolvidos.

Uma divisão dos voluntários já foi estabelecida e vivenciada: o governo federal será responsável pelo voluntariado visando ao melhor atendimento em aeroportos, pontos turísticos, locais de festas e de transição de espectadores, torcedores e viajantes, enquanto a FIFA cuidará do trabalho voluntário nas áreas oficiais das competições, dentro dos estádios e deslocamentos.

Enquanto na Alemanha, em 2006, 48 mil pessoas se inscreveram como voluntárias (15 mil foram selecionadas para trabalhar) e na África do Sul, em 2010, 70 mil pessoas se inscreveram (18 mil selecionados), na Copa das

.....

A Copa será mais uma oportunidade de engajamento e de colaboração de cada cidadão sobre sua participação na construção de um evento mais solidário



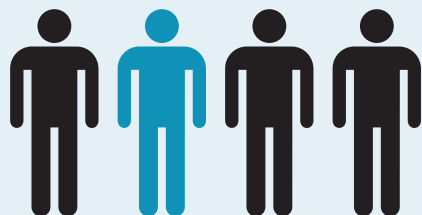
Confederações, em 2013, a FIFA recebeu mais de 130 mil inscrições de candidatos que desejavam trabalhar voluntariamente. O Ministério dos Esportes, por sua vez, com o Programa Brasil Voluntário, teve cerca de 20 mil inscritos em pouco mais de 24 horas de divulgação nas redes sociais.

Nos últimos dois anos, o Brasil aparece em uma pesquisa mundial realizada pela Charities Aid Foundation (*World Giving Index*) como um dos 10 países com o maior número de voluntários. Assim, o interesse dos cidadãos brasileiros em doar tempo, trabalho e talento como voluntário fica evidente. A Copa será mais uma oportunidade de engajamento e de colaboração de cada cidadão sobre sua participação na construção de um evento mais solidário. O voluntário deverá refletir sobre a sua disponibilidade de tempo, bem como suas aptidões, formação, conhecimentos de línguas, experiências profissionais anteriores, para assim melhor aproveitar seus talentos durante o mundial e depois dele. O programa de voluntários é um dos temas fundamentais da área de recursos humanos do torneio. Na Copa do Mundo FIFA África do Sul 2010, os custos para manutenção dos voluntários (envolvendo alimentação, transporte, uniformes etc.) chegou a US\$ 14 milhões. Os resultados desse investimento certamente inspirarão projetos e programas futuros, tanto do governo federal quanto da iniciativa privada. E, ainda, esse engajamento e participação são importantes na zeladoria de cada cidade, de seus municípios, de suas crianças e espaços, para que o legado social deixado por um evento esportivo dessas proporções seja positivo, um “legado do bem”

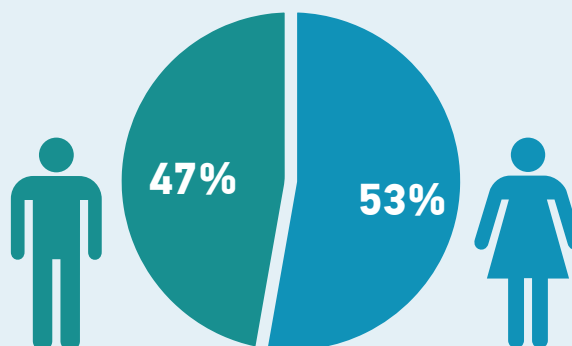
Os jovens também estão muito interessados nessa participação. A prática do voluntariado deve ser considerada como um elemento facilitador da entrada no mercado de trabalho. De acordo com o *Institute for Volunteering Research*, do Reino Unido, há evidências crescentes de que o voluntariado pode aperfeiçoar a empregabilidade pelo aumento da autoestima, pela melhora da capacidade de comunicação e trabalho em equipe, pelo aprendizado de línguas, tecnologia da informação, gerenciamento de projetos, entre outros.

A Copa do Mundo de 2014 exercerá, portanto, um papel também formativo para voluntários que desejem entrar no mundo do trabalho. A pesquisa do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) e da Rede Brasil Voluntário (RBV), realizada pelo Ibope, apontou que 1 em cada 4 brasileiros com mais de 16 anos faz ou já fez trabalho voluntário, e ainda, que o voluntariado brasileiro é composto por 53% de mulheres e 47% de homens, com idade média de 39 anos. A maioria trabalha (67%), 20% tem ensino superior completo e 38%, ensino médio completo (e/ou superior incompleto). Esses dados são indicativos da formação e do preparo do brasileiro para a Copa do Mundo da FIFA 2014. Em média, os voluntários brasileiros doam seu tempo 3,5

VOLUNTARIADO BRASILEIRO



Um em cada quatro brasileiros com mais de 16 anos faz/já fez trabalho voluntário



O voluntariado brasileiro é composto por 53% de mulheres e 47% de homens

vezes por mês; a maioria realiza atividades apenas uma vez por mês (24%); e 21% declaram realizar trabalho voluntário eventualmente, sem frequência definida. Assim, a Copa do Mundo de 2014 será um espaço para estímulo da atividade voluntária com periodicidade definida e maior frequência.

A vivência durante a Copa das Confederações trouxe a possibilidade de desenvolver todo o processo de escolha das melhores práticas e capacitação de voluntários. No caso da mobilização e gestão do Ministério dos Esportes, em parceria com a Universidade federal de Brasília, foi criado um modelo de programa público de formação de voluntariado com grande alcance popular, que nasceu da integração entre pesquisa, ensino e extensão. O projeto configurou uma ação governamental de grande porte para a implementação de política pública de voluntariado e integrou diferentes conhecimentos para a formação do perfil de voluntário, entre eles: Esporte, Segurança e Primeiros Socorros; Línguas Estrangeiras; Turismo e Hospitalidade. Para a Copa de 2014 entram ainda os conceitos, direitos e deveres do voluntário.

Os cidadãos brasileiros dispostos a doar seu trabalho na Copa de 2014 provavelmente terão de estar bem formados para atuar em harmonia com voluntários estrangeiros. O turismo voluntário vai além das viagens a passeio, e alia a prestação de serviços dirigidos às causas sociais com o desejo de conhecer outras culturas e lugares. Um campo para pesquisas será o empenho desses voluntários estrangeiros e os resultados de seu trabalho, uma vez que a temática é estudada há pouco tempo, embora seja de bastante interesse.

O CVSP também traz a reflexão muito relevante de que todo programa de voluntariado é implantado para criar, melhorar ou ampliar os serviços prestados pela organização, portanto, é necessário realizar um planejamento criterioso.

Isso também está sendo levado em conta, e muitas formações e capacitações estão acontecendo para a formação dos gestores dos programas de voluntariado nas cidades-sede. No Brasil, um instrumento de gestão do trabalho voluntário é a Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que caracteriza o voluntariado como a atividade não remunerada prestada por pessoa física à entidade pública, de qualquer natureza, ou à instituição privada de fins não-lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social. Com informações precisas sobre o perfil dos pretendentes a voluntários na Copa, o governo federal poderá tomar decisões acertadas quanto à formação e ao treinamento para o evento.

Segundo pesquisa realizada em 2011, é possível imaginar que a satisfação dos voluntários participantes na Copa será alta, posto que 77% dos que praticam atividades dessa natureza declararam-se totalmente satisfeitos. Existe uma expectativa de fidelização dos voluntários do evento, já que, atualmente, no Brasil, quem exerce atividades voluntárias o faz, em média, há 5,5 anos.

O trabalho voluntário se baseia em relações profundas de compromissos pessoais e, no nível individual, torna-se uma oportunidade para fazer amigos, viver novas experiências e conhecer outras realidades.

Todos podem contribuir para um ambiente festivo e saudável dentro e fora dos estádios. Socialmente, o voluntariado deverá contribuir de maneira decisiva para o legado da Copa do Mundo 2014, seja em termos de imagem do país no exterior, seja na captação de turistas ou no incremento de uma cultura e prática de trabalho voluntário no nosso país, ou seja, no exercício da cidadania da população engajada em garantir a realização de um mundial memorável. 🏆



◀ Erica Kinuta trabalha no Instituto BM&FBOVESPA e é membro-organizadora do Grupo de Estudos de Voluntariado Empresarial. É graduada em Relações Públicas pela Faculdade Cásper Líbero.

RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DO VOLUNTÁRIO

A maioria das empresas que investe em programas de voluntariado percebe que, ao mobilizar seus funcionários em atividades voluntárias, constrói uma imagem positiva na comunidade onde atua, nos mercados em que está inserida e na sociedade de forma geral. Essas empresas também proporcionam o desenvolvimento pessoal e profissional de quem participa ativamente dessas iniciativas na busca do bem comum.

Por mais motivado que esteja um indivíduo, perceber que o resultado do seu empenho e dedicação é reconhecido evidencia um olhar diferenciado da empresa

É possível apontar diversos desafios para fazer a boa gestão de um programa de voluntariado empresarial. Dentre eles, pode-se citar a estruturação do programa, o



De qualquer forma, o engajamento em atividades voluntárias desenvolve habilidades e competências, como liderança, trabalho em equipe e comprometimento, provocando um sentimento de orgulho e pertencimento

alinhamento da missão e objetivos com as atividades oferecidas, além de proporcionar capacitação aos voluntários, monitorar e avaliar o programa e seus resultados periodicamente, entre outros pontos de atenção. Além disso, é importante destacar o reconhecimento e a valorização do voluntário, que necessita ser estimulado e valorizado dentro da organização.

Independentemente do lugar onde as pessoas estejam, todos gostam de ser reconhecidos, e este é o um dos grandes combustíveis de renovação do ser humano. Por mais motivado que esteja um indivíduo, perceber que o resultado do seu empenho e dedicação é reconhecido evidencia um olhar diferenciado da empresa, estimula que ele continue se dedicando à causa e que esse esforço valha a pena em todos os sentidos.

Encontrar a forma de reconhecer e valorizar o voluntário é um grande desafio, pois o mesmo encontra, na maioria das vezes, satisfação pessoal ao participar das atividades, mas precisa saber que a empresa valoriza essa atitude e o reconhece por isso. Entretanto, é preciso saber homenagear os voluntários que realmente se destacaram em suas atividades sem desprestigiar o trabalho realizado pelos outros, para não banalizar o processo de valorização desta atividade.

Adotar uma Política de Reconhecimento e Valorização é bem indicado, pois todos sabem as premissas e regras que compõem esse processo de reconhecimento, assim não caracterizando o favoritismo no momento de decidir quem serão os voluntários de destaque naquele período. Essa política deve servir como estímulo e incentivo ao voluntário, e não se tornar uma competição.

Uma das sugestões para evitar esta situação é manter o foco no impacto que essas atividades têm em forma de solidariedade e da cidadania, visto que este é o compromisso esperado: a construção e a contribuição para uma sociedade mais justa e solidária. Existem algumas ferramentas que podem ajudar a promover essa política: divulgação da atividade do voluntário nos principais meios de comunicação da empresa, distribuição de camisetas, cordões de crachá, pins, entre outros.

Ruth Goldberg apresenta uma lista de como este reconhecimento deve ser:

Personalizado
Baseado nas necessidades e desejos do voluntário
Merecido
Imediato
Contínuo
Criativo
Inovador
Divertido
Variado
Focado
Amplamente divulgado
Associado a uma comunicação:
Ágil
Verdadeiro
Transparente
Objetivo
Esclarecedor
Criativo
Sistemático
Com conteúdo interessante
Com visual atraente
Focada no público-alvo

No entanto, cada voluntário percebe o reconhecimento de forma diferente, ou seja, nem sempre causa o mesmo efeito. Alguns preferem ser reconhecidos de forma restrita, e outros preferem aparecer nos principais veículos de comunicação da empresa. Nesse caso, as premiações por equipe, baseadas em critérios claros e objetivos, surtem efeitos positivos. Recomenda-se que o prêmio seja mais simbólico e desejado pelos voluntários.

De qualquer forma, o engajamento em atividades voluntárias desenvolve habilidades e competências, como liderança, trabalho em equipe e comprometimento, provocando um sentimento de orgulho e pertencimento. Por outro lado, quando o voluntário percebe que, de fato, está fazendo a diferença, sente-se mais estimulado. Por isso o reconhecimento é tão importante, e fazer isso de forma institucionalizada é um processo formal para dar visibilidade aos voluntários que mais se destacam, fortalecendo o engajamento e motivação. É um ciclo que precisa ser continuamente alimentado. 📌



◀ **HELENA MAIA** é fisioterapeuta pela Escola de Medicina e Saúde Pública, mestre em Saúde Comunitária pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).



◀ **VALDIR CIMINO** é publicitário, pós-graduado em Tecnologia de Ensino, mestre em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e presidente da Associação Viva e Deixe Viver.

O PERFIL DO VOLUNTARIADO NA ÁREA DA SAÚDE E SUA RELAÇÃO COM A LIDERANÇA

Pesquisa realizada nos Fóruns de Humanização da Saúde 2012 mostram dados do voluntariado em saúde



Os Fóruns Saúde, Educação e Voluntariado do Viva Humanização são iniciativas da OSCIP Viva e Deixe Viver, fundada pelo publicitário Valdir Cimino em 1997. Há vários anos, passaram a integrar o calendário anual de troca de saberes de várias instituições de ensino no Brasil.

O Projeto Viva Humanização* nasceu em abril de 2001, em comemoração às atividades promotoras da profissionalização da gestão do trabalho voluntário e à valorização e valorização da hora voluntária como indicador de capital humano necessário para a sociedade. Este projeto não tem fins lucrativos, mas sim o objetivo de discriminar boas práticas de humanização da saúde e da educação pela ótica da ação voluntária.

A primeira edição do evento foi denominada “Seminário Humanização Hospitalar em Debate”. Em parceria com o Comitê Brasileiro, Instituto Brasil Voluntário – Faça Parte, debateu o tema “O Trabalho Voluntário na Saúde”, e teve o apoio da sociedade, empresas e do governo federal através do Ministério da Saúde. Neste mesmo ano, no mês de outubro, também nasceu o Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar, durante a gestão de José Serra, então ministro da Saúde.

Entre os anos de 2002 e 2007 foram debatidos temas como: modelos de gestão, respeito ao profissional de saúde, cuidado ao paciente, valorização do trabalho do cuidador, humanização do ensino na saúde, dentre vários outros. Também foram iniciadas pesquisas em humanização.

Em 2012, durante os fóruns realizados nas cidades do Rio de Janeiro, Itajubá, em Minas Gerais, Marília, em São Paulo, e Salvador, na Bahia, foi conduzida uma pesquisa para identificar os participantes em termos de características sociais,

*www.vivahumanizacao.org.br



Ação de voluntariado do Viva e Deixe Viver

demográficas, ocupacionais e de valores relacionados com a liderança em seus locais de trabalho ou estudo, assim como sobre suas experiências como voluntários na área da saúde. O mote para tal iniciativa associa-se ao fato de que o conhecimento do perfil do voluntário brasileiro que se dedica à área da saúde pode propiciar o surgimento de novas políticas de formação acadêmica e de valorização do trabalhador da área da saúde e, desta forma, contribuir para o despertar de novos voluntários e para a disseminação dessa causa. Desse modo, o objetivo do estudo foi estimar o perfil demográfico e de competências e valores dos voluntários e participantes dos Fóruns de Humanização da Saúde no ano de 2012.

Foram respondidos 653 instrumentos, todavia, 46 foram excluídos em função da ausência de informações ou duplicidade de marcação de respostas a questões que só permitiam uma indicação. Desse modo, participaram desta pesquisa 607 pessoas. Dentre eles, 352 indivíduos reportaram participação atual ou pregressa em ações de voluntariado na área da saúde. Os resultados comentados neste estudo referem-se a estes casos.

O perfil foi composto por mulheres jovens, que não tinham renda mensal elevada. Vários estigmas sobre o voluntariado são postos em cheque com este perfil identificado, exceto o da maior participação das mulheres nas ações de voluntariado. Assim, faixa etária, renda e motivação mostraram-se distintos dos resultados da maioria dos estudos que investiga estes construtos. O ato de voluntariar-se não se mostrou como prerrogativa de pessoas com nível socioeconômico alto e maior idade, e não

Dentre as competências humanas, técnicas e conceituais investigadas, encontraram-se significativamente associadas com as ações pregressas de voluntariado a prática de valorização do relacionamento interpessoal, a capacidade de comunicar ideias e a valorização da capacidade de pensamento reflexivo, respectivamente

pode ser explicado pela saída dos filhos de casa. Todavia, há de se considerar que este estudo foi realizado em universidades ou centros universitários, e esta composição pode ser justificada por tal amostragem, e principalmente pela feminização dos cursos de saúde no Brasil. Assim, a conclusão dos cursos de graduação e experiências ainda incipientes no mundo do trabalho podem estar relacionadas com este perfil, e justificar também o fato de que estas pessoas predominantemente não eram responsáveis pelo sustento da família.

Dentre as competências humanas, técnicas e conceituais investigadas, encontraram-se significativamente associadas com as ações pregressas de voluntariado a prática de valorização do relacionamento interpessoal, a capacidade de comunicar ideias e a valorização da capacidade de pensamento reflexivo, respectivamente. Esses atributos devem ser consistentemente considerados por estabelecimentos de ensino e trabalho cuja missão esteja focada no desenvolvimento social, e potencialmente capaz de disseminar o voluntariado como causa. 📖



“HÁ OLHARES QUE A GENTE NÃO ESQUECE”

O motivo do encontro foi a celebração do aniversário de 16 anos do grupo de ajuda mútua a adictos da empresa, ação importante do Programa de Prevenção e Tratamento em Dependência Química. No evento estavam presentes pessoas comprometidas com a recuperação e a possibilidade de transformação individual e coletiva, assim como recuperandos, empregados e ex-empregados, participantes do grupo e seus familiares. Profissionais que participaram da construção do Programa, outros que se empenharam em garantir sua continuidade e aqueles que, como eu, já não faziam mais parte do quadro de empregados da empresa, mas tinham um vínculo afetivo por ter participado da construção de história tão marcante e positiva.

Como convidada para palestrar, optei pela condução da “conversa”, compartilhando e agregando a fala dos atores e

protagonistas do processo. Começamos com a frase de Adélia Prado: “O que a alma guardou fica eterno”. Muitas lembranças guardadas na mente e na alma de cada um. E a pergunta: “É possível transformar e ressignificar as histórias de vida no ambiente de trabalho? Claro que as pedras da trajetória são inevitáveis. Mas fica a pergunta no ar.

AÇÕES CORPORATIVAS X DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Falando sobre a evolução dos Programas de Prevenção e Atendimento em Dependência Química nas organizações, apresentamos três quadros traçando uma linha do tempo/ações corporativas x situação das adicções e drogas. Não se trata de um estudo aprofundado, baseado em diversos autores, mas simplesmente na nossa prática profissional ao longo desses anos.

Nas décadas de 1970/1980, a droga marcante era o álcool, e o conceito de saúde era limitado ao bem-estar físico. O atendimento individualizado trazia a ideia do bode expiatório que o alcoolista tinha como destino. As equipes multidisciplinares, atuando no sintoma, e não na causa, traziam também o enfoque empresarial na punição/demissão, embora a codependência mascarasse muitos casos, especialmente quando se tratava de cargos da alta hierarquia.

Nas décadas de 1980/1990, o álcool continuou como ator importantíssimo, porém, aliado a drogas lícitas e ilícitas, devidamente identificadas. A Aids vem com toda sua carga de mortalidade e dúvidas, e põe em cheque as formas de lidar com muitos padrões de comportamento da sociedade. Inicialmente tida como a “peste gay”, logo se verificou que o uso compartilhado de drogas ilícitas era um dos responsáveis pelo contágio, e que a doença atingia todas as orientações sexuais. Mas o medo, aliado ao preconceito, trouxe muita infelicidade.

A dependência e a codependência continuavam juntas e misturadas. Novas respostas para novas demandas eram necessárias. O álcool se mantinha na dianteira, e o conceito de saúde pensando em bem-estar físico e mental existia, assim como a tentativa de envolver as chefias, famílias e equipes multidisciplinares para estabelecer caminhos. O sintoma continuava a ser tratado.

As empresas sinalizam seu papel social, avaliando o custo/benefício da demissão (qual é a garantia de não contratar um novo dependente químico?) e as parcerias com as comunidades e clínicas para tratamento da dependência química.

Nas décadas de 1990/2000, o crack surge com uso e abuso intensificado, tornando-se uma verdadeira pandemia. Cabe aqui a discussão: existe somente uma forma de atendimento e resultado? A abstinência é a única alternativa? Como vemos a redução de danos?

Vemos uma maior participação da rede social e familiar de apoio ao dependente químico, trabalhando com a visão sistêmica e dos ganhos secundários dos envolvidos: sejam familiares, chefias, o próprio dependente químico e o profissional responsável pelo atendimento. Muitas verdades absolutas sendo questionadas e, novamente, para novas demandas, tentativas de novas respostas.

As empresas, com a implementação de Programas de Qualidade de Vida e Responsabilidade Social, passam a utilizar como indicador de resultado os êxitos no atendimento à saúde, incluindo a dependência química.

Novas situações transformam as cidades e modos de convivência. Em São Paulo, a cracolândia e a população em situação de rua demandam respostas e ações que não conseguem absorver todas as necessidades. Torna-se mais forte a necessidade das organizações preservarem as pessoas, mantendo programas de prevenção e atendimento com regras claras, pois sabemos que o trabalho é um dos últimos lugares preservados pelos adictos.

Cabe aqui falar sobre a Saúde Mental, incluindo a dependência química neste âmbito, juntamente com os atuais males da modernidade, interligados e sujeitos a novos estudos na relação entre a prevalência de diagnósticos como depressão, transtornos e compulsões diversas.

Torna-se mais forte a necessidade das organizações preservarem as pessoas, mantendo programas de prevenção e atendimento com regras claras, pois sabemos que o trabalho é um dos últimos lugares preservados pelos adictos

EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO/ATENDIMENTO EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA NAS ORGANIZAÇÕES

Décadas de 1970 – 1980

Droga: Álcool

Saúde: limitado ao bem-estar físico

Atendimento:

Individualizado/ Teoria do Bode Expiatório / Equipes Multidisciplinares/ Cada um com sua “maleta de Especialista” / Sintoma

Empresas: enfoque na punição / demissão

Décadas de 1980 – 1990

Droga: Álcool + Lícitas e Ilícitas. (Aids)

Saúde: Ampliação: Bem-estar físico e mental.

Atendimento: Início do envolvimento de Chefias, Família e Saber Técnico Compartilhado / Teoria do Bode Expiatório questionada, Equipes Multidisciplinares / Definição de Limites / Cada um com sua “maleta de Especialista” / Sintoma

Empresas: Enfoque na avaliação custo/benefício da punição / demissão/ Parcerias para tratamentos clínicos

Décadas de 1990 – 2000

Droga: Álcool + Lícitas e Ilícitas – Crack – Uso e Abuso Intensificado – Pandemia; Abstinência ou Redução de Danos?

Saúde: Conceito OMS: “situação de perfeito bem-estar físico, mental e social” da pessoa. Conceitos Ampliados: Espiritualidade e família

Atendimento: Maior participação da rede social e família de apoio ao dep. químico / visão sistêmica, Avaliação dos Ganhos Secundários dos Envolvidos, Equipes Multi-Interdisciplinares / Exercício de Troca de Bagagem / Especialista / Sintoma x Causa.

Empresas: Programas de Qualidade de Vida e Responsabilidade Social: Investimento no Talento Local x Desligamento.



A dependência química, a codependência, transtornos diversos e relacionamentos abusivos podem e devem ser vistos de maneira integrada e sistêmica

Será inevitável o atendimento com uma visão holística, quebrando paradigmas, inclusive em relação aos limites de atendimento no mundo corporativo. Equipes transdisciplinares serão a resposta, num exercício de troca, mistura de bagagem de cada especialista.

A palavra-chave, em minha opinião, é resiliência: empresas garantidas como espaço preservado, porque a pessoa que está sendo acompanhada e tratada por Programas de Prevenção nas empresas, se recuperada, será um elemento forte para preservar os valores da organização. Uma empresa resiliente é composta por grupos resilientes. E grupos assim tendem a fazer comunidades mais resilientes.

A resiliência pode ser aplicada a vários fenômenos e ser objeto de estudo para programas de qualidade de vida. A dependência química, a codependência, transtornos diversos e relacionamentos abusivos podem e devem ser vistos de maneira integrada e sistêmica. A rede social de apoio, a participação ativa da chefia e o olhar ampliado de todos os participantes do processo de transformação podem e farão a diferença.

A ESSÊNCIA DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO

Nesta vivência que compartilhei, os momentos marcantes ficaram por conta da esposa de um recuperando, que já estava em recuperação de sua codependência cinco anos antes de o marido se recuperar, e isso já aconteceu há 17 anos; da chefia envolvida no processo de recuperação do seu funcionário e de como isso o tornou uma pessoa melhor; da profissional responsável pelo acompanhamento no Programa, que se sentiu “oxigenada” com a celebração do seu trabalho permanente e, finalmente, a fala marcante e profunda de um recuperando. Ele colocou toda sua humanidade, seus fracassos e falhas e sua capacidade de transformação. E a lembrança de todos os que escreveram esta história. 🏠

Tendências Séc. 21

Droga: Lícita/Ilícita/ Saúde Pública – Outras Compulsões: Garantias de Alívio Instantâneo / Banalização da vida e dos relacionamentos.

Saúde: Questionamentos OMS: Dependência Química no âmbito da Saúde Mental – Combate aos Males da Modernidade Interligados: Depressão, TOC, Transtornos e compulsões diversas. Resiliência.

Atendimento: Visão Holística, quebra de paradigmas: saber acadêmico x sabedoria da vida. Modelos Alternativos. Equipes Multi-interdisciplinares, Transdisciplinares Exercício de Troca / Mistura de Bagagem / Especialista / Sintoma x Causa, Saída da zona de conforto.

Empresas: Programas QVT, Responsabilidade Social: Espaço Preservado x Populações Vulneráveis: Empoderamento e emancipação. Grupos resilientes formam empresas resilientes.

RESILIÊNCIA PSICOLÓGICA

Capacidade de superar as adversidades da vida e voltar ao estado anterior de equilíbrio depois de passar por dificuldades, transformando experiências negativas em aprendizado e oportunidade de crescimento.

Atitude

Pessoas resilientes assumem a responsabilidade pelo que acontece consigo, sem vitimização.

Projeto de Vida

Pessoas resilientes superam melhor o sofrimento porque encontram um sentido maior para a vida.

Autoconsciência

Pessoas resilientes compreendem os próprios sentimentos, conhecem suas forças e limitações.



SÃO APENAS 4 LETRAS, MAS ELAS FAZEM A DIFERENÇA NA VIDA DE MILHARES DE PESSOAS.



**ABBR - Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação.
Há 59 anos fazendo de cada dia, um dia de superação.**

**www.abbr.org.br
(21) 3528-6355/6356/6357
Rua Jardim Botânico, 660 - Jardim Botânico
Rio de Janeiro - CEP: 22461-000**





EXCESSO DE CONTROLE GOVERNAMENTAL PODE ESTRANGULAR ENTIDADES

É inegável que os governos têm de dar parâmetros e traçar linhas de atuação do terceiro setor, mas sua ação pode ter resultados nocivos se criar regras muito rígidas — ainda que bem intencionadas —, estrangulando as iniciativas das organizações da sociedade civil (OSCs). A conclusão é do estudo *Building trust in charitable giving*.

O estudo é parte do projeto *Future world giving*, da organização britânica Charities Aid Foundation (CAF), no Brasil representada pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), e busca fazer recomendações para garantir a expansão da atuação filantrópica. Além deste, serão publicados

Em países em que os cidadãos não confiam no poder público, quanto mais o governo controla a relação entre as organizações sem fins lucrativos e a sociedade civil, mais esta vê com maus olhos o processo e as próprias entidades

mais dois levantamentos: um sobre apoio à sociedade civil e outro sobre motivação para doação.

O primeiro texto da série alerta que alguns governos acreditam ser tarefa deles construir a confiança do Terceiro Setor, e, a partir dessa crença “equivocada”, criam sistemas regulatórios que demandam registros e prestações de conta em excesso com

o objetivo de garantir padrões mínimos de confiabilidade. “Isso é contraproducente”, afirma o estudo. “Ainda que os governos tenham o dever de assegurar que as organizações sem fins lucrativos sejam transparentes e prestem contas, não têm de ser os guardiões da sociedade civil”, acrescenta. “A confiança não é construída, é conquistada”.

Em países em que os cidadãos não confiam no poder público, quanto mais o governo controla a relação entre as organizações sem fins lucrativos e a sociedade civil, mais esta vê com maus olhos o processo e as próprias entidades.

Mas mesmo nos países em que as pessoas confiam nos governantes, a intervenção pode ter consequências ruins. Tende-se a acreditar que a regulação garanta a atuação adequada das entidades. “O efeito é que se torna impossível para as organizações da sociedade civil conquistarem confiança. Assim, o sistema se fragiliza: exemplos isolados de má atuação resultam em crise de confiança que afeta o setor como um todo”, argumenta o texto.

Além disso, em países em desenvolvimento, a regulação de organizações da sociedade civil com base em padrões internacionais pode prejudicar estruturas informais de solidariedade já muito enraizadas nas comunidades. Para o estudo, o poder público deveria, nesses casos, ajudar a fortalecer os modelos tradicionais, que já contam com a confiança dos cidadãos, para fortalecer o investimento social privado.

RECOMENDAÇÕES

Como o poder público deve atuar, então? O estudo faz recomendações em quatro temas. Em cada um, há três níveis de medidas — o primeiro deveria ser implementado por todos os países, e o último refere-se a objetivos de mais longo prazo.

Registro: é importante para que os governos compreendam melhor o tamanho e a ação da sociedade civil. Além disso, as OSCs se tornam mais confiáveis aos olhos do público quando passam por algum tipo de registro. O processo, porém, não pode ser tão complicado a ponto de desencorajar organizações menores. Além disso, convém que o governo ofereça treinamentos e serviços on-line para que possíveis criadores de entidades saibam como registrá-la e quais benefícios teriam com isso. Por fim, o relatório recomenda que haja níveis de registros diversos para organizações com tamanhos diferentes — e as exigências devem aumentar na mesma medida em que crescem as entidades.

Regulação: diz respeito diretamente à gestão e à *accountability* das OSCs. A recomendação básica, aqui, é que sejam exigidos relatórios periódicos na medida da capacidade e da habilidade de cada organização. Uma boa ideia pode ser a existência de protocolos diferenciados para pequenas organizações comunitárias. Como recomendação de longo prazo, sugere-se criar um banco

Os escândalos envolvendo as parcerias entre o setor público e organizações da sociedade civil afetaram a confiança geral no setor filantrópico

de dados, acessado por todas as entidades reguladoras, de modo que as OSCs não tenham de se reportar para diversos organismos governamentais.

Atribuição de status – trata dos tipos formais de organizações sem fins lucrativos: formas tradicionais de associações sem fins lucrativos da sociedade civil local devem ser legalmente reconhecidas, por meio de uma regulação simples. A sugestão de longo prazo é que se aloquem recursos para que organizações que trabalham com o desenvolvimento da infraestrutura do setor filantrópico possam auxiliar as OSCs a se adequarem às normas regulatórias.

Regulação de organizações estrangeiras ou financiadas por capital externo: entidades nacionais devem ter liberdade de se associar a parceiros estrangeiros. Devem, também, relatar ao poder público os benefícios dessa associação para o desenvolvimento da sociedade civil. Por fim, sugere-se que os governos permitam análises independentes de seus gastos com ajuda internacional.

BRASIL

Segundo uma pesquisa de opinião citada no estudo da CAF (Edelman’s Trust Barometer), as organizações sem fins lucrativos são as instituições consideradas mais confiáveis pelos entrevistados (63% disseram confiar nelas). Em países com problemas de corrupção, no entanto, esse índice tende a cair, sobretudo quando OSCs estão envolvidas em escândalos. E a pesquisa da CAF usa um exemplo muito familiar para nós: o Brasil.

Os escândalos envolvendo as parcerias entre o setor público e organizações da sociedade civil afetaram a confiança geral no setor filantrópico, avalia o texto. Não por acaso, as OSCs brasileiras estão apenas em terceiro lugar na pesquisa local da Edelman, atrás da mídia e das empresas. Mais ainda, outra pesquisa da CAF, o World Giving Index, aponta que, desde 2007, a proporção de pessoas doando para OSCs caiu cinco pontos percentuais no país.

A publicação traz, inclusive, uma declaração de Paula Fabiani, diretora-executiva do IDIS, parceiro da CAF. “Nós gostaríamos que o governo falasse de maneira mais positiva sobre as entidades sem fins lucrativos e melhorasse a regulação, ao mesmo tempo em que trabalhasse com as organizações para melhorar sua governança”, disse Paula. 🇧🇷



ATIVIDADES MEIO NAS ENTIDADES BENEFICENTES

Devido à escassez de recursos financeiros, muitas entidades beneficentes necessitam buscá-los por meio de atividades artesanais, comerciais, industriais, de serviços, de locação de bens imóveis, entre outras, para manter suas atividades educacionais, assistenciais e de saúde.

Essas atividades, quando inseridas na própria entidade e previstas em seu Estatuto, denominam-se atividades meio. A atividade meio, portanto, caracteriza-se como instrumento de captação de recursos financeiros ou materiais e de suporte ao atendimento das finalidades de instituições beneficentes sem fins lucrativos. Este também é o meio utilizado por muitas organizações religiosas.

A grande dúvida dos dirigentes das entidades é se a atividade meio, por se constituir em atividade comercial, industrial

A atividade meio, portanto, caracteriza-se como instrumento de captação de recursos financeiros ou materiais e de suporte ao atendimento das finalidades de instituições beneficentes sem fins lucrativos

ou de serviços, poderá ou não prejudicar a imunidade tributária dessas organizações. Para compreender melhor esta situação, é necessário analisar o que dispõe a Constituição Federal, no art. 150, inciso VI e § 4º, que trata das Limitações ao Poder de Tributar.

O art. 150, inciso VI e § 4º da Constituição Federal assim dispõe: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito

Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993) a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. § 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas”.

Deve-se proceder com a leitura atenta dos dispositivos constitucionais, o art. 9º e o art. 14 do Código Tributário Nacional, que disciplinam o exercício da Imunidade Tributária das Entidades Beneficentes. Vejamos esses artigos: “Art. 9º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: IV - cobrar imposto sobre: a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos,

inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos fixados na Seção II deste Capítulo; (Redação dada pela Lcp nº 104, de 10.1.2001) d) papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros. Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas: I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (Redação dada pela LCP nº 104, de 10.1.2001); II - aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. § 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do artigo 9º, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício. § 2º Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do artigo 9º são exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos. 🏠

De acordo com os preceitos contidos na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional (CTN), pode-se emitir de forma resumida as seguintes conclusões:

- I** - A Imunidade Tributária é devida à Entidade Beneficente que observe, no exercício de suas atividades institucionais, o disposto no art. art. 150, inciso VI e § 4º da Constituição Federal e o art. 9º e o art. 14 do Código Tributário Nacional (CTN) sendo, portanto, vedado ao Estado instituir impostos sobre o seu patrimônio, sua renda ou seus serviços quando seus recursos são aplicados em suas finalidades estatutárias e essenciais.
- II** - Nada impede que uma Entidade Beneficente mantenha atividade meio, desde que fique claro e explícito que as suas atividades estejam diretamente relacionadas com os seus objetivos institucionais, previstos em seu estatuto ou ato constitutivo, e ainda, que essas atividades meio não se caracterizem em concorrência desleal de mercado.
- III** - Não resta dúvida que a existência de atividades meio na pessoa jurídica da Entidade Beneficente poderá provocar o risco de interpretações equívocas por parte da fiscalização, objetivando a tributação e a arrecadação de impostos.
- IV** - Entretanto, se os recursos das atividades meio forem aplicados em outras atividades que não sejam suas finalidades institucionais, a imunidade tributária acima descrita, poderá ser declarada prejudicada e ser suspensa pela fiscalização da Receita Federal do Brasil (SRFB).
- V** - Para evitar conflitos fiscais, equívocos interpretativos e ações judiciais, o importante é que a Entidade Beneficente observe rigorosamente o disposto no art. 14 do Código Tributário Nacional.
- VI** - Se os dirigentes da Entidade Beneficente querem ficar livres de possíveis conflitos fiscais, o ideal é criar e constituir uma associação sem fins lucrativos, com a finalidade específica de desenvolver atividades destinadas à obtenção e captação de recursos financeiros e materiais a serem destinados às organizações.
- VII** - A associação a ser criada deverá pagar todos os tributos incidentes sobre suas atividades e poderá requerer isenções fiscais previstas e possíveis em lei.
- VIII** - No Estatuto dessa entidade poderá ser explicitado que seus recursos serão aplicados em uma determinada Entidade ou em várias Entidades Beneficentes, e que os eventuais resultados serão nela (s) aplicados.
- IX** - Qualquer que seja a decisão dos dirigentes das Entidades Beneficentes, a atividade meio deve ser prevista estatutariamente.
- X** - Quanto à contabilização dos ingressos, desembolsos, receitas e despesas das atividades meio devem ser contabilizados de forma segregada em plena observância às normas contábeis vigentes.



◀ **MARCOS BIASIOLI** é advogado em São Paulo, consultor jurídico do Terceiro Setor, titular da M.Biasoli Advogados, idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.



◀ **RODRIGO NAKO** é advogado em São Paulo, consultor jurídico do Terceiro Setor e colaborador da Revista Filantropia.



REFIS DA CRISE

As consequências jurídicas da adesão ao “REFIS da crise” pelas entidades beneficentes

Não é surpresa para ninguém que o Brasil é considerado um dos países que possuem a maior carga tributária do planeta e, nos últimos anos, vem batendo sistematicamente os recordes de arrecadação, ou seja, mais de R\$ 1,5 trilhão ao ano. O Instituto Brasileiro de Planejamento e Desenvolvimento (IBPT) divulgou em recente estudo que dos países que compõem os BRICs (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul), a nossa carga tributária em relação

ao PIB é de mais de 36%; na Rússia é de 23%; na China, de 20%; na Índia, de 13%; e na África do Sul, de 18%, mas, infelizmente, todo esse volume monetário não resulta na melhora proporcional dos serviços públicos prestados pelo Estado aos seus cidadãos.

Diferentemente da arrecadação pública, mesmo às vésperas da eufórica Copa do Mundo, o nosso país não está tão próspero. Uma vez que o nível de crescimento da economia de 2013 foi píffo,

as expectativas para 2014 não são as melhores, e seguramente ficaremos atrás das principais economias das Américas. Segundo o Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe, a economia brasileira deve crescer 2,6% neste ano, enquanto a América Latina e o Caribe devem ter um crescimento médio estimado em 3,2%.

Além de tais fatos macroeconômicos, é fácil identificar que os serviços públicos oferecidos à população não são adequados, especialmente aqueles relacionados com a assistência social, a saúde e a educação, sendo que as entidades beneficentes, cada vez mais, firmam-se na condição de balaústre do Estado, já que exercem o papel público na promoção social, cuja contrapartida econômica pouco passa dos benefícios fiscais derivados da imunidade e/ou isenção.

O ente social que exerce o papel do Estado, via de regra, peregrina por recursos públicos visando o seu equilíbrio orçamentário, pois nem sempre a pobreza seduz o capitalismo a ponto de sensibilizar mãos caridosas. Porém, como a escassez do próximo não tem fim, recursos mais saem do que entram no seu caixa, o que torna sua saúde econômica vulnerável, acarretando a mora fiscal em decorrência de alguma anomalia legal.

A Lei nº 11.941/2009, editada ao *crash* de 2008, trouxe um alento aos contribuintes, entre eles, às entidades sociais, com relação à mora fiscal, visto que oportunizou o seu parcelamento em até 180 parcelas. Tal ação foi denominada REFIS da crise. Contudo, o prazo para adesão expirou, e recentemente foi editada a Lei nº 12.865/2013, que prorrogou tal prazo para nova adesão até 31 de dezembro de 2013. Muitas instituições sociais que estão em queda de braço judicial e/ou administrativa com o Estado resolveram aderir ao referido programa, como sendo a salvação da lavoura.

A eufórica adesão, em certos casos, atropelou algumas premissas básicas às quais os entes sociais, a exemplo dos demais contribuintes, deveriam ter prestado atenção antes de formalizarem a opção, tais como: (i) o lançamento fiscal foi feito em atenção ao Princípio da Legalidade? (ii) quais as consequências jurídicas dessa adesão? (iii) O artigo 5º da Lei 11.941/2009 determina que a opção pelo parcelamento importa confissão é irrevogável e irretroatável? (iv) Há como discutir as condições estabelecidas?

O principal ponto dos questionamentos é aquele relacionado aos efeitos da confissão. A matéria não possui voz unânime no Judiciário, pois alguns Tribunais entendem que ela possui caráter irretroatável, e, diante disso, implica a renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação. Este fato resulta na extinção de eventuais questionamentos judiciais com julgamento de mérito, bem como na impossibilidade de ajuizamento de uma ação que possua qualquer relação com os débitos inseridos no

Processual civil, tributário. Embargos à execução fiscal. Ausência da memória discriminada dos cálculos. nulidade da cda. Inexistência. Imunidade tributária. Existência de coisa julgada. Denúncia espontânea. Não configuração. parcelamento do débito. Confissão irretroatável da dívida. Renúncia ao direito sobre o qual se funda ação. (...)

4. A adesão da recorrente ao parcelamento do débito (PAES E PAEX) caracteriza a confissão da dívida e, portanto, a renúncia ao direito sobre que se funda a ação.

5. *Apelação improvida*¹.

parcelamento, conforme pode ser auferido pela decisão de lacra do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região:

De forma contrária, há uma corrente jurisprudencial adotada por outros que afirma que a confissão de dívida, acompanhada de adesão ao parcelamento relativa à exigência considerada inconstitucional, não incidência, isenção ou erro quanto ao fato, não deve prevalecer ante à ausência de fundamentação válida. Afirma também que tal confissão não impede a sua discussão em juízo, inclusive com questionamento relacionado à repetição do indébito, na medida em que o recolhimento de tributo somente é devido em razão de lei, pois a confissão refere-se apenas ao fato do inadimplemento e não estende qualquer efeito com relação à imutabilidade do valor

“A confissão de dívida tributária não impede a sua discussão em juízo, fundada na inconstitucionalidade, não-incidência ou isenção do tributo ou em erro quanto ao fato. *Se é fato que, lavrado o respectivo termo, este adquire força de lei entre as partes, igualmente verdadeiro é dizer-se que se trata de ato administrativo vinculado (cuja validade depende do cumprimento dos ditames legais a que está sujeito), e a irretroatabilidade de que se reveste não se sobrepõe ao direito do contribuinte de ver-se corretamente cobrado, e, menos, ainda, à garantia constitucional de tutela jurisdicional de lesão ou ameaça a direito.* A obrigação tributária decorre de lei, e a confissão do contribuinte diz respeito tão-somente ao fato do inadimplemento, do que denota não importar, a concordância inicial do contribuinte com o valor do débito apurado pelo Fisco, na imutabilidade deste, pois que, ao credor, não se reconhece o direito de cobrar mais do que é efetivamente devido, por força de lei.”

(TRF da 4.ª R, 1.ª T, AC 2000.04.01077132-3/RS, Rel. Des. Fed. Vivian Josete Pantaleão Caminha, j. em 26/10/2005, DJ de 23/11/2005, p. 882)

“a confissão de dívida não é irreversível e elisiva do direito de repetição do indébito, pois o recolhimento de tributo somente é devido em razão de lei”

(TRF da 5.ª R, 1.ª T, AC 105.131/AL, Rel. Des. Fed. Ubaldo Ataíde, j. em 1.º/10/1998, DJ de 16/4/1999, p. 563).

¹Acórdão - AC485342/SE (24/09/2010) Origem: Tribunal Regional Federal - 5ª Região - Classe: Apelação Cível - AC485342/SE, Número do Processo: 200985000009710, Código do Documento: 240594, Data do Julgamento: 16/09/2010 Órgão Julgador: Primeira Turma, Relator: Desembargador Federal Frederico Pinto de Azevedo.

do débito apurado pelo Fisco, vez que, ao credor, não é permitida a cobrança de quantia superior ao que é efetivamente devido:

Diante dessas divergências dos tribunais, o Superior Tribunal de Justiça tem decidido pela flexibilização dos efeitos desta confissão, pois, conforme entendimento dos ministros, a confissão de dívidas para fins de parcelamento dos débitos tributários não impede sua posterior discussão judicial quanto aos aspectos jurídicos e fáticos. Em homenagem ao princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário, ora consagrada na Constituição Federal a renúncia aos direitos em que se funda a ação derivada da confissão irretratável não possui força de, por si só, extinguir o processo com julgamento de

Tributário. Repetição do indébito. Parcelamento. Confissão de dívida. Discussão judicial. Possibilidade.

1. A confissão de dívida para fins de parcelamento dos débitos tributários não impede sua posterior discussão judicial quanto aos aspectos jurídicos. Os fatos, todavia, somente poderão ser reapreciados se ficar comprovado vício que acarrete a nulidade do ato jurídico.

2. *Posição consolidada no julgamento do Resp 1.133.027-SP, Rel. Min. Luiz Fux, Rel. para o acórdão Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 13.10.2010, pendente de publicação, submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n. 8/2008.*

3. *Agravo regimental não provido.*

(AgRg no Resp 1202871 / RJ - 2010/0135906-0 - Ministro CASTRO MEIRA (1125) - T2 - SEGUNDA TURMA - DJ 01/03/2011

mérito, o que somente poderá ocorrer por meio de petição protocolizada pelo interessado:

Tendo como norte o exposto, toda a confusão causada pelo Estado devido à sua má administração, quer seja em não dar o devido destino aos valores arrecadados para prestação dos serviços públicos essenciais, bem como na ineficiência para fiscalização/regulamentação da atuação das entidades beneficentes e definição dos critérios para usufruir a imunidade/isenção tributária, tem causado diversos prejuízos, não apenas para os cidadãos, mas também às próprias entidades beneficentes. Isso porque como o cenário atual reflete uma grande insegurança jurídica, tais entidades estão optando por aderir ao parcelamento sem uma análise apurada de questões que versem sobre a legalidade quanto aos aspectos jurídicos do lançamento fiscal.

Como consequência dessa adesão, além dos gastos decorrentes de sua atuação em auxílio ao Estado para prestação de serviços de caráter público disponibilizados à população carente, a entidade, de certa forma, anuirá com eventuais irregularidades cometidas pelo Fisco quando realizado o

lançamento fiscal e, com isso, deverá pagar um tributo objeto de cobrança irregular.

Como visto, ciente de toda essa situação, o Superior Tribunal de Justiça tem exarado decisões que, mesmo diante da adesão ao parcelamento, autorizem a discussão judicial de eventuais ilegalidades existentes no lançamento fiscal, bem como ajuizamento de ações visando à devolução dos valores indevidamente pagos. Além disso, ficou decidido que tal adesão não deve implicar, de forma automática, a extinção do processo judicial com julgamento de mérito.

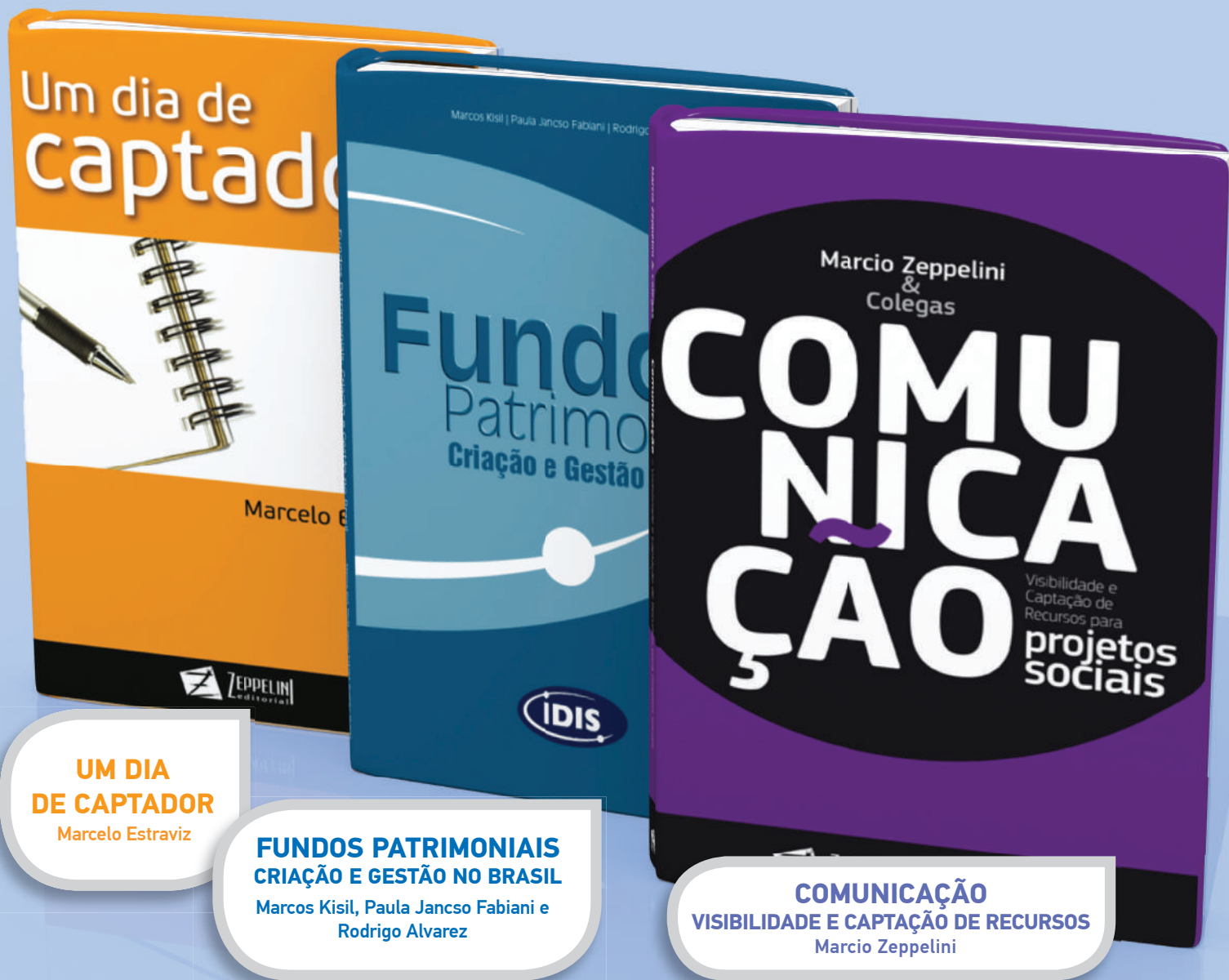
Muito embora tal segurança jurídica amenize o risco da perda definitiva do valor objeto do parcelamento, é necessário também sublinhar que não basta: (i) ter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); (ii) possuir a situação tributária regularizada com o parcelamento – pois a adesão sempre diz respeito a um período pretérito, sendo que cabe analisar o período subsequente imediato, manejando providências proativas para que ele também não seja objeto de lançamento futuro, senão a alegria durará pouco! 🎉



..... COLEÇÃO

FILANTROPIA

Cumprindo a missão de democratizar informações para profissionalizar a área social, o Instituto Filantropia tem, entre seus canais de comunicação, três obras técnicas voltadas para captação de recursos, comunicação e fundos patrimoniais



**UM DIA
DE CAPTADOR**

Marcelo Estraviz

**FUNDOS PATRIMONIAIS
CRIAÇÃO E GESTÃO NO BRASIL**

Marcos Kísil, Paula Jancso Fabiani e
Rodrigo Alvarez

COMUNICAÇÃO
VISIBILIDADE E CAPTAÇÃO DE RECURSOS
Marcio Zeppelini



DEDUÇÃO ECOLÓGICA

Empresas que investem em projetos ecológicos, relacionados, por exemplo, a reflorestamento, uso social da água, arquitetura e urbanismo, redução da poluição e contra deslizamentos em áreas de risco, poderão deduzir parte desses gastos do Imposto de Renda. Este é o objetivo do Projeto de Lei nº 5713/2013, do deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ), o qual define as deduções até o limite de 4% do imposto devido em relação a cada projeto; e a 10% em relação ao total de projetos. O direito às deduções será reconhecido pela Delegacia da Receita Federal a que estiver jurisdicionado o contribuinte. A dedução ficará condicionada à quitação de tributos e contribuições federais. A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

www.camara.gov.br

ENTREGA DA DIRF

O programa gerador da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf) 2014 já está disponível no site da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br). O documento deve ser preenchido e enviado até as 23 horas, 59 minutos e 59 segundos (horário de Brasília) do dia 28 de fevereiro. O programa deverá ser utilizado para apresentação das informações do ano-calendário 2013, bem como das informações relativas a 2014, nos casos de extinção de pessoa jurídica decorrente de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total, e nos casos de pessoas físicas que saírem definitivamente do país e de encerramento de espólio.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br>



ISENÇÃO EM CALAMIDADES

As pessoas físicas que sofrerem prejuízos com desastres, quando caracterizada situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo governo federal, poderão ficar isentas do Imposto de Renda. A proposta (PLS nº 22/2011), do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), vale também para o recolhimento do Imposto Territorial Rural (ITR), no caso de imóvel pequeno ou médio com atividade produtiva atingida por desastres. A isenção será concedida, por uma única vez, no exercício seguinte ao da ocorrência da calamidade. O relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), apresentou substitutivo, segundo o qual autoriza o Poder Executivo a diferenciar as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre produtos oriundos de estabelecimentos atingidos por desastres.

www.senado.gov.br

NOVA TABELA DO IRPF

R\$ 1.787,77. As pessoas físicas que ganham até este valor mensalmente estão isentas do imposto de renda. Em vigor desde 1º de janeiro, a nova tabela foi corrigida em 4,5%. De acordo com a tabela da Receita Federal, a alíquota de 7,5% valerá para quem ganha entre R\$ 1.787,78 e R\$ 2.679,29. De R\$ 2.679,30 a R\$ 3.572,43, a alíquota é 15%. A alíquota de 22,5% vai incidir nos salários de R\$ 3.572,44 até R\$ 4.463,81, e 27,5%, para quem ganha acima de R\$ 4.463,81 por mês. De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, a defasagem entre a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e a inflação está em torno de 60%. Ou seja: várias pessoas que eram isentas, por causa da renda baixa, passaram a pagar o imposto.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br>



CERTIDÃO NEGATIVA

O Brasil poderá, em breve, ter a sua Certidão Negativa de Utilização Ilegal do Trabalho da Criança e do Adolescente (CNTCA), que comprovará que as empresas não expõem menores de 18 anos a trabalhos insalubres, perigosos ou noturnos. A proposta do deputado Dr. Jorge Silva (PDT-ES) (Projeto de Lei nº 5829/2013), que passará pelo crivo do Parlamento, atestará que a empresa não permite qualquer forma de trabalho de adolescentes menores de 16 anos, exceto jovens aprendizes, a partir dos 14 anos. O Poder Executivo será o responsável por estabelecer o procedimento para a expedição da CNTCA. O documento será requisito fundamental para obtenção de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras públicas federais; de isenções, subsídios, auxílios ou outros benefícios concedidos pela Administração Pública, direta ou indireta, da União; e, também, para modificações ou anulações que modifiquem a estrutura jurídica de um empregador.

 www.camara.gov.br



REAJUSTES DO INSS

O índice de reajuste para os benefícios do INSS com valor acima do salário mínimo (R\$ 724,00) será de 5,56%. Os dados foram atualizados pelo INPC de 2013, medido pelo IBGE. O teto da Previdência Social para 2014 é de R\$ 4.390,24. Os 9,5 milhões de benefícios acima do piso previdenciário representarão impacto líquido de R\$ 8,7 bilhões nas contas da Previdência Social. Também foram estabelecidas as novas alíquotas de contribuição do INSS dos trabalhadores empregados, domésticos e trabalhadores avulsos. As alíquotas são de 8% para aqueles que ganham até R\$ 1.317,07; de 9% para quem ganha entre R\$ 1.317,08 e R\$ 2.195,12; e de 11% para os que ganham entre R\$ 2.195,13 e R\$ 4.390,24. Essas alíquotas deverão ser recolhidas a partir de fevereiro.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Evitar que o trabalhador demitido sofra desconto de contribuição para a Previdência na indenização de aviso-prévio que recebe. Este é o foco do projeto (PLS 198/2012), do senador Blairo Maggi (PR-MT). Segundo o autor, a incidência da contribuição sobre o aviso-prévio contraria a Constituição porque não corresponde a um rendimento decorrente do trabalho. Além disso, aumenta a insegurança do trabalhador recém-demitido e torna mais difícil sua readaptação ao mercado de trabalho. A ideia do projeto é transformar em lei uma jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que entende que verba indenizatória não deve integrar a base de cálculo da contribuição previdenciária.

 www.senado.gov.br

CENTRAL 135

Este canal de comunicação da Previdência Social passou a ter cinco novas formas de consulta. A primeira delas é para obter informações sobre a aposentadoria ao segurado com deficiência, de acordo com a Lei Complementar 142/2013. Nessa opção, o segurado poderá saber mais sobre o tempo de contribuição e a idade para se aposentar com esse tipo de benefício. A segunda opção é sobre revisão. Se o usuário tiver direito a alguma revisão de benefícios, poderá obter explicações sobre reajustamento de benefício, consulta à revisão feita nos benefícios por incapacidade, para aposentadoria à pessoa com deficiência e informações sobre revisão de benefícios em geral. A terceira escolha é para atendimento eletrônico, no qual o segurado pode consultar a situação do seu benefício. Ao digitar 4, é possível fazer elogios, reclamações, sugestões ou denunciar irregularidades, que serão encaminhados à Ouvidoria-Geral. Por fim, ao teclar 5, abre-se um canal direto com um atendente para, entre outros serviços, agendar dia e hora para ir a uma Agência da Previdência Social fazer perícia médica.

 www.inss.gov.br



AUXÍLIO-DOENÇA CONSECUTIVO

O pagamento de auxílio-doença para empregados ou servidores públicos civis, após cada período de 12 meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, pode se tornar realidade ainda neste ano. É que a Câmara analisa o Projeto de Lei nº 5197/2013 (apensado ao PL nº 2221/2011, do Senado), da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ). Quando se tratar de licença concedida por motivo de acidente no trabalho ou doença profissional, o auxílio-doença será pago após cada período de seis meses de licença. O objetivo da proposta é permitir que o trabalhador, durante o período do seu afastamento para tratamento de saúde, possa ter um auxílio extraordinário para atenuar os gastos com medicamentos. Este benefício pago aos empregados subordinados ao Regime Geral da Previdência Social será no valor correspondente a um mês do seguro doença, pago mensalmente, a título de benefício. Já para os servidores públicos subordinados a regime próprio de previdência, o valor será correspondente a um mês de vencimento.

www.camara.gov.br



EXTINÇÃO DE PROCESSO

Decorridos oito anos de tramitação do processo trabalhista sem que a ação tenha sido levada a termo, o processo será extinto, com julgamento de mérito por decurso de prazo. Este é o teor do Projeto de Lei nº 5347/2013, em análise na Câmara dos Deputados. A proposta, da deputada Gorete Pereira (PR-CE), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), complementando o dispositivo que determina que “os juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas”.

www.camara.gov.br

CONSULTAS LIBERADAS

A Secretaria da Fazenda do Estado São Paulo (Sefaz-SP) colocou à disposição dos contribuintes paulistas, em seu portal, o acesso ao sistema Conta Fiscal do AIIM (Auto de Infração e Imposição de Multa). É possível consultar o valor atualizado dos débitos apurados por meio de auto de infração acerca dos impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e gerar a Guia de Arrecadação de Receitas Estaduais para quitar o tributo. A ferramenta permite também a contribuintes, contabilistas e escritórios de advocacia efetuar toda a operação por meio eletrônico, sem a necessidade de deslocamento a um Posto Fiscal. Além do valor atualizado de débitos apurados, é possível visualizar pagamento, parcelamento, inscrição em dívida ativa, decisões do contencioso e alterações do Demonstrativo do Débito Fiscal. Para acessar o sistema é necessário ter o certificado digital. O contribuinte pessoa jurídica deve possuir o e-CNPJ ou ser cadastrado no Posto Fiscal Eletrônico; o contribuinte pessoa física deve possuir o e-CPF. No site da Sefaz-SP, deve-se selecionar “Produtos e Serviços” e, a seguir, escolher a letra “C” e clicar em “Conta Fiscal do AIIM”.

www.fazenda.sp.gov.br

APOSENTADOS *versus* IMPOSTO DE RENDA

Em vias de votação final no Senado, a isenção de Imposto de Renda para aposentados e pensionistas pelo Regime Geral de Previdência Social a partir do mês em que completarem 60 anos poderá beneficiar, se aprovada, milhares de pessoas. A atual legislação do Imposto de Renda (Lei nº 7.713/1988) estabelece isenção para aposentados com pelo menos 65 anos de idade e renda de até R\$ 1.637,11 (valor em 2012). O PLS nº 76/2011, da senadora Ana Amélia (PP-RS), além de reduzir a idade para 60 anos, eleva esse limite ao teto pago pela Previdência Social, hoje equivalente a R\$ 3.916,20. Se aprovado, seguirá direto para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para votação em Plenário.

www.senado.gov.br

.....
1) Com a atualização legislativa da Lei nº 12.101/2009, como devem ser remunerados os diretores?

Resposta: O inciso I do artigo 29 da Lei nº 12.101/2009 prevê, como regra geral, a não remuneração dos dirigentes estatutários, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores. No entanto, com as alterações trazidas pela Lei nº 12.868/13, em especial o teor do §1º do artigo 29 do mencionado diploma legal, restaram estabelecidas determinadas exceções, na medida em que os diretores com vínculo empregatício e os dirigentes estatutários podem ser remunerados, sendo, inclusive, permitida a remuneração de forma cumulada de dirigente ou diretor que tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornada de trabalho. Ademais, no caso dos dirigentes estatutários, restou disciplinado que a sua remuneração deve ser inferior a 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal, limite este não disciplinado no caso dos diretores com vínculo empregatício.

.....
2) Tenho um processo de renovação do CEBAS deferido no dia 10 de novembro de 2011, cuja validade foi do dia 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2013. Com base na nova lei, como ficará o prazo de validade do meu certificado e quando deverei apresentar o próximo processo renovatório?

Resposta: Nos moldes do artigo 38-A da Lei nº 12.101/2009, a qual foi alterada pela Lei nº 12.868/13, as certificações concedidas ou que vierem a ser concedidas para requerimentos de renovação protocolados entre 30 de novembro de 2009 e 31 de dezembro de 2011 terão prazo de validade de cinco anos. Assim, esse certificado terá a validade prorrogada até o dia 31 de dezembro de 2015, devendo, nos moldes do §1º do artigo 24 do mencionado diploma legal, protocolizar o próximo pedido de renovação no decorrer dos 360 dias que antecedem o termo final de validade.

.....
3) Com base nas alterações disciplinadas pela Lei nº 12.868/2013, como será a tramitação dos recursos apresentados em face do indeferimento do pedido de concessão/renovação?

Resposta: Inicialmente, é importante mencionar que a apresentação de tal recurso não impede o lançamento de ofício do crédito tributário. Uma vez promovido o lançamento fiscal, caso a entidade opte por apresentar a impugnação em face ao Auto de Infração, cujas razões meritorias tratem de questões relacionadas à certificação do CEBAS, conforme preleciona o §2º do artigo 26 da Lei nº 12.101/2009, o julgamento da impugnação ficará sobrestado aguardando a decisão do recurso apresentado em face do indeferimento do pedido de concessão/renovação, fato este que, nos moldes da

redação do §2º, não impedirá o trâmite processual de eventual processo administrativo fiscal relativo ao mesmo ou outro lançamento de ofício.

.....
4) Os funcionários das instituições sem fins lucrativos possuem os mesmos direitos trabalhistas daqueles que laboram na iniciativa privada?

Resposta: Sim. O parágrafo primeiro do artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) expressamente equipara a entidade sem fins lucrativos a uma empresa com finalidades lucrativas.

.....
5) Como as entidades filantrópicas ligadas à área da educação devem complementar o número mínimo de bolsas de estudo caso não seja atingida a proporção de 1X5?

Resposta: Por exemplo, se a instituição possui mil alunos pagantes, teria de ofertar 200 bolsas de estudo integrais de acordo com a proporção de uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes. Contudo, caso essa proporção não seja atingida, a entidade terá que atender, no mínimo, ao critério de uma bolsa de estudo integral para cada nove alunos pagantes, sendo, para tanto, necessário oferecer 112 bolsas integrais. Considerando que a entidade tenha ofertado 150 bolsas integrais, o critério mínimo de 1X9 foi atingido, mas para atender ao critério do 1x5 será necessário complementar com bolsas parciais de 50% mediante a realização do seguinte cálculo, $(200 - 150 = 50 \times 2 = 100)$. Assim, seriam necessárias mais 100 bolsas parciais. Outrossim, há a possibilidade de complementação mediante a substituição de até 25% da quantidade de bolsas definidas no inciso III do art. 13 da Lei 12.101/09 por benefícios complementares concedidos aos alunos matriculados cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário-mínimo e meio, como transporte, uniforme, material didático, moradia, alimentação e outros benefícios definidos em regulamento.

.....
6) Tendo em vista as alterações trazidas pela Lei nº 12.868/2013, quem são considerados os alunos pagantes?

Resposta: Para fins de atendimento dos critérios de proporção estabelecidos nos artigos 13-A e 13-B, nos exatos moldes do que disciplina o §1º do artigo 13-C da Lei nº 12.101/2009, são considerados alunos pagantes aqueles matriculados em cursos regulares de graduação ou sequencial de formação específica. Ademais, na forma do §2º do mencionado diploma legal, não serão considerados como pagantes os alunos inadimplentes por período superior a 90 dias, cujas matrículas tenham sido recusadas no período letivo subsequente ao inadimplemento.

Contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável é **responsabilidade de todos.**



Prestar serviços com especialização, atualização e competência é **nosso compromisso.**



Quality
Associados

Consultoria e assessoria contábil, fiscal e trabalhista para o **Terceiro Setor**

visite nosso site www.qualityassociados.com.br ou ligue para (11) 3837-0000



PAPEL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DO CIDADÃO

Entre os objetivos buscados pela assistência social no Brasil está a segurança de desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social. Alcançá-lo é um dos trabalhos mais complexos com os usuários dos serviços de proteção social básica ou especial. Requer compreensão das condições psicossociais de cada indivíduo, de seu contexto sócio-histórico, bem como de suas potencialidades. Realizar o que é

proposto pela Política Nacional de Assistência Social, em toda a sua extensão para alcançar essa autonomia, é esforço árduo.

Na Legião da Boa Vontade, instituição que atua em âmbito nacional há mais de seis décadas, na assistência social, os serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, prestados conforme a legislação vigente, ampliam o acesso de cidadãos à informação e potencializam a participação social dos usuários,



◀ ANTONIO PAULO ESPELETA é superintendente socioeducacional.



◀ REGINA DO NASCIMENTO é assessora administrativa da Legião da Boa Vontade.

introduzindo-os em espaços de livre expressão das opiniões, tais como fóruns, conselhos, movimentos sociais e organizações comunitárias. Despertam-nos também para a experiência de construção coletiva das políticas públicas. Esses serviços contribuem para o desenvolvimento de suas potencialidades ao colocá-los em contato com práticas artístico-culturais e esportivas, em que possam descobrir seus talentos.

Associadas a um trabalho social com as famílias, essas ações colaboram para o fortalecimento do sentido de cidadania, a ampliação da capacidade protetiva das famílias e a superação das dificuldades de convívio, conquistas estas somente possíveis à medida que o indivíduo se fortalece em sua própria realidade social. Para isso, os profissionais buscam proporcionar ao atendido situações em que se vivenciem princípios éticos, como o respeito ao outro e a si mesmo, aspectos formadores da construção individual e coletiva de projetos de vida. O desenvolvimento da autoestima e do autoconhecimento constitui importante requisito para a tomada de melhores decisões por parte do cidadão.

No entanto, é preciso trabalhar as diversas dimensões do ser humano, para potencializar nele a capacidade de enfrentar e superar dificuldades. Da dimensão biológica, o que cabe à assistência social é a segurança de sobrevivência e de renda, operada principalmente por meio da concessão de Benefícios de Prestação Continuada da Assistência Social — nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social — e também de auxílios financeiros, sob determinadas condicionalidades. Renda é um direito fundamental para viabilizar, no mínimo, a sobrevivência da família.

Essas ações têm impacto igualmente na dimensão psicológica, ao garantir a segurança de acolhida, por intermédio da proteção específica à pessoa e à família que precisam de atenção em

situações de escassez de recursos e sofrimento. O indivíduo tem o direito de ser provido de ofertas públicas de espaços e serviços, com condições de escuta qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, de aquisições materiais, sociais e socioeducativas. Tudo isso deve colaborar para que o indivíduo não se sinta em abandono, entregue à sorte de circunstâncias que, sozinho, ele não teria condições de superar.

Em outra frente, promover a segurança de convívio familiar e comunitário claramente responde às necessidades da dimensão social do ser humano. Na assistência social, o convívio saudável é essencial para a garantia da proteção, enquanto o isolamento e a segregação são situações de risco para o indivíduo. Para promovê-la, a família e a sociedade têm responsabilidades e devem ser envolvidas adequadamente pelas políticas públicas e ações da sociedade civil organizada.

Assim, para ajudar a pessoa a consolidar a autonomia individual, familiar e social, é necessário um trabalho multidisciplinar, que leve em conta todas as dimensões do indivíduo: biológica, psicológica, social e espiritual, de modo que ele possa sentir-se acolhido em sua singularidade e fortalecido, a ponto de assumir a condição de protagonista e sujeito das ações da assistência social de que participa. Na definição do diretor-presidente da LBV, José de Paiva Netto, “Os seres humanos — portanto, os cidadãos, entre eles os esperançosos jovens — são muito mais do que um saco de carne, ossos, músculos, nervos, sangue. Amam e sofrem. Sonham, desejam, constroem, frustram-se e, apesar de tudo, prosseguem, vão em frente... Merecem, além de leis, respeito para que elas jamais constituam obscuros privilégios e possam ser cumpridas em benefício de todos (...)”.

Nesse sentido, a Instituição constantemente reforça no trabalho cotidiano dos profissionais da assistência social essa visão integral do ser humano — de forma que aos resultados construídos a partir da rede socioassistencial sejam somadas também as oportunidades de reflexão sobre como desenvolver um posicionamento ético coerente com uma vida saudável para si e para o outro, no desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo, no autoconhecimento e autocuidado, na superação de conflitos por meio do diálogo e, expressivamente, na própria condição de escolher e decidir.

O fortalecimento dessas capacidades articula-se com os serviços, programas e projetos ofertados por intermédio da aplicação da proposta pedagógica da Instituição, composta pela Pedagogia do Afeto e pela Pedagogia do Cidadão Ecumênico, em todo o seu trabalho filantrópico; na rede educacional, com cinco escolas; nos Serviços de Acolhimento Institucional de Instituições de Longa Permanência para Idosos, três abrigos; no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas, com um Centro-Dia; e nos 69 Centros Comunitários de Assistência Social, distribuídos nas cinco regiões brasileiras, os quais desenvolvem amplamente Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes, jovens, adultos, gestantes e idosos e suas famílias. 📖





AJUDA HUMANITÁRIA E ASSISTENCIALISMO: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

Por Renato Francisco dos Santos Paula

Tradicionalmente os substantivos ajuda humanitária e assistencialismo estão relacionados a variadas formas de assistência (material ou emocional) prestadas por indivíduos, grupos sociais ou nações a sujeitos coletivos ou individuais em alguma situação de contingência social. A ajuda humanitária é comumente identificada com a filantropia, pois ambas operam sob o signo do humanitarismo, o qual consiste no imperativo ético e/ou religioso de que os seres humanos devem ajudar uns aos outros sem a contrapartida de compensações materiais. A mesma base ideocultural sustenta o assistencialismo, contudo, os conceitos se distinguem na forma em que suas iniciativas são realizadas, bem como em sua processualidade histórica.

A ajuda humanitária se concentra fundamentalmente em ações emergenciais de auxílio diante de situações de grande impacto coletivo, calamidades públicas, como: desastres naturais, epidemias, carência de alimentos e carestias. Sua principal

característica, que estabelece a distinção fundamental do assistencialismo, é o caráter global de sua prestação, circunscrita às vezes ao âmbito da cooperação entre países ou, em outros momentos, referenciada a um solidarismo mais próximo. São exemplos de organização de ajuda humanitária a Cruz Vermelha Internacional, a Médicos Sem Fronteiras, a Mercy Corps, a Oxfam Internacional, a Anistia Internacional, dentre outros.

O vasto campo da ajuda humanitária mobiliza um verdadeiro exército de pessoas que se voluntariam em missões de risco — quando em contextos de guerras civis ou internacionais, ou em situações de regimes nacionais autocráticos que vilipendiam os direitos humanos e os acessos fundamentais à sobrevivência dos povos — organizados sob a tutela das agências de cooperação internacional ou das ONGs. A ajuda humanitária também pode ocorrer, pontualmente, em âmbito local, motivada pela iniciativa dos residentes em situações de contingência social. Quando a prestação de assistência é feita de modo sistematicamente contínuo

e estendida ao campo da prestação de serviços sociais por particulares, denominamos apenas filantropia.

Já o assistencialismo se define pela unidade entre a “prática assistencialista” e a “ideologia assistencialista”, que conduzem para uma lógica na qual a assistência — como sinônimo de amparo e cuidados — é motivada pela benevolência do doador, e não pela necessidade (momentânea ou não) de reparo social à ausência de algum acesso provedor de bem-estar público. Contrapõe-se, desse modo, a perspectiva dos direitos sociais como forma de garantia de acessos a serviços e bens fundamentais à sobrevivência e reprodução social dos seres humanos. Implica em uma relação de subordinação na qual quem oferta algo espera em troca a gratidão em forma de disponibilidade do receptor para atender aos seus comandos. Desse modo, o assistencialismo se preenche de um misto entre apadrinhamento (uma forma de amparo) e clientelismo (troca de favores), tornando subalterno o sujeito da ação assistencial.

Ao longo de nossa história, por ser recurso de poder, o assistencialismo fora incorporado ao escopo das tendências políticas que disputaram e disputam o poder do Estado. Na tradição política liberal, por exemplo, o assistencialismo é ambigualmente tratado. Nesse campo, o assistencialismo é tido como uma prática complementar àquelas que se praticam quando se busca poder político. É admitido como uma exigência moral no campo da solidariedade, desde que não seja sistemática, e continuamente provido. A ideia central é de que a “ajuda assistencial” deve levar os indivíduos a se sentirem motivados a buscar a satisfação de suas necessidades, das mais básicas às mais complexas, no mercado: única fonte real de inclusão e sociabilidade. Desse modo, o pensamento liberal não admite a existência da provisão assistencial como direito de cidadania, portanto, dever estatal. No geral, entendem que os assistidos possuem uma tendência natural para a indolência e a vagabundagem, e que a prestação assistencial reforçaria tal tendência, mantendo-os na pobreza e dependentes da assistência. Isso explica e justifica os chamados “testes de meios” utilizados na implementação das políticas de assistência pública de cariz (neo) liberal para comprovar quais são os verdadeiros “merecedores” dos “benefícios”. A tendência (neo)liberal combate duramente as políticas sociais de cunho assistencial implementadas pelo Estado Social, ou *Welfare State*, no contexto de recuperação do mundo capitalista após a Grande Depressão de 1929.

No campo das tendências de inspiração social-democrata, o assistencialismo se restringe ao altruísmo privado. É tratado como algo de foro íntimo, portanto, fora da esfera pública. Nela, (na esfera pública) o que se admite são provisões de cunho assistencial configuradas no âmbito dos sistemas de proteção social, pensadas como seguranças sociais. Duas formas dessas seguranças se destacam: de um lado, a distribuição de bens e recursos para camadas específicas da população, de acordo com necessidades tópicas, sendo ações de tipo focalizado, residuais e seletivas, e, por outro, a distribuição de benefícios, ações e serviços a todos os cidadãos de um país. Portanto, nessa tendência o que se destaca é o direito

social em contraposição ao assistencialismo, ainda que este não deixe de existir.

Nas vertentes socialistas, o assistencialismo sequer é tratado, afinal, a socialização dos bens e da riqueza socialmente produzida terminaria por substituí-lo por completo. Algumas correntes internas a essa vertente admitem não o assistencialismo, mas a assistência pública do Estado Social como forma transitória para alcançar a socialização completa dos meios, modos e resultados da produção coletiva.

No Brasil contemporâneo, o debate sobre o assistencialismo tem sido repostado com bastante vigor na medida em que as políticas sociais se tornaram um eixo estruturador da política de governo denominada de neodesenvolvimentista desde 2003. Nesse campo, os programas de transferência monetária foram massificados, políticas de discriminação positiva como cotas raciais em universidades públicas foram implementadas, ações afirmativas no campo de gênero e de identidade de gênero (diversidade sexual), entre outras, passaram a fazer parte da agenda pública do país. A diversidade de ações conferiu um sentido polissêmico ao assistencialismo, pois evidenciou-se sua inscrição no campo das relações classistas, portanto, dependente do modo como as diferentes classes sociais, em disputa constante, entendem e desejam modelos de relações sociais. Portanto, de um lado, a ampliação dessas políticas é vista como um tipo de “assistencialismo de Estado”, e de outro, é propalada como reposição definitiva do Estado Social brasileiro ainda não alcançado.

Enquanto as tendências disputam concepções e poder político, a ajuda humanitária e o assistencialismo persistem como fenômenos histórico-sociais próprios das relações sociais e da dinâmica entre as classes. ■



FESTIVAL ABCR

2014

19 A 22 DE MAIO DE 2014
SESC - GUARAPARI
ESPÍRITO SANTO

A 6ª edição do maior festival sobre captação de recursos do Brasil, traz uma programação inédita apontando as principais tendências.

www.festivalabcr.org.br
acesse e participe!

Três dias de evento reunindo cerca de 500 profissionais e palestrantes nacionais e internacionais.

O tema central será a mobilização de recursos de forma ética, consistente, transparente e eficaz. Venha conosco discutir a captação de recursos!

Realização:



Co-Realização:



Patrocínio:



Inscrições:

R\$ 400,00 associados ABCR
R\$ 800,00 não associados
www.festivalabcr.org.br

O PAPEL DAS ENTIDADES DE ASSESSORAMENTO

A expressão das entidades no Rio de Janeiro e a Capemisa Instituto de Ação Social

Por Gabriela Barbatti Mendonça

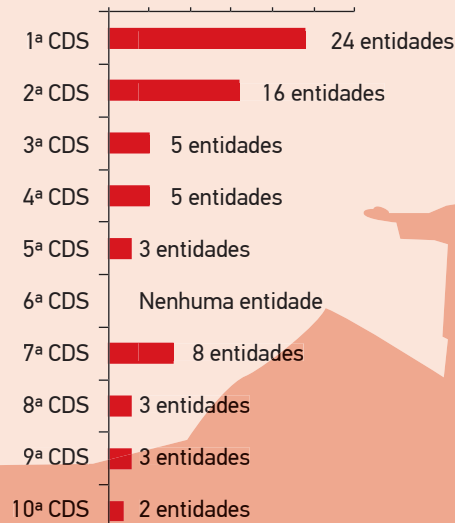
Neste texto, examinaremos a expressão das entidades de assessoramento no município do Rio de Janeiro a partir do trabalho da CAPEMISA Instituto de Ação Social, entidade filantrópica/beneficente de assessoramento em Assistência Social que atua em 146 instituições parceiras e tem por objeto a prestação de serviços na área social, nos termos da legislação vigente.

A assistência social, política pública não contributiva, é dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Entre os principais pilares da assistência social no Brasil estão a Constituição Federal de 1988, que inclui a política ao eixo da Seguridade Social, e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, LOAS), promulgada em 1993, que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações socioassistenciais e determina que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e pela sociedade civil.

A Seguridade Social é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social.

As entidades de assessoramento atuam com a demanda de que, partindo de uma necessidade particular de determinado

ENTIDADES DE ACESSORAMENTO POR COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CDS)



As entidades de assessoramento são aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários

Destes pedidos, 71 eram de entidades que possuem seu bloco de serviços/atividades (com base no roteiro de visitas do Conselho de Assistência Social) na área das ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos, caracterizadas pelas ações descritas no capítulo anterior sobre a Resolução nº 27 do CNAS de 2011.

As entidades de assessoramento atuam de forma isolada ou cumulativa. Das 71 entidades, 51 atuam de forma cumulativa com outros serviços, como: proteção social básica, especial de média complexidade e alta complexidade, benefícios eventuais e outras ofertas, como a promoção da integração ao mercado de trabalho, a ação de habilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; 20 entidades de assessoramento atuam de forma isolada na promoção da defesa e direitos estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos, entre outras ações próprias destas entidades.

No Rio de Janeiro, as ações socioassistenciais são divididas por território conforme estabelece a PNAS. Seguindo determinações desta política, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) alterou a nomenclatura das Coordenadorias de Assistência Social para Coordenadorias de Desenvolvimento Social (CDS).

A quantidade mais expressiva das entidades de assessoramento por CDS no município do Rio de Janeiro é de acordo com o gráfico ao lado na 1ª CDS (24 entidades) que abrange os bairros: Benfica, Caju, Catumbi, Centro, Cidade Nova, Estácio, Gamboa, Mangueira, Paqueta, Rio Comprido, Santa Teresa, Santo Cristo, São Cristóvão, Saúde e Vasco da Gama, seguida pela 2ª CDS (16 entidades), que abrange a região de Vila Isabel e Zona Sul, e a 7ª CDS (8 entidades), que abrange a região de Jacarepaguá.

A 6ª CDS, que abrange a região de Deodoro não teve nenhuma representatividade, e as demais CDS (3ª, 4ª, 5ª, 9ª e 10ª) juntas somaram 21 entidades solicitando sua inscrição/renovação ao Conselho Municipal de Assistência Social.

As CDS funcionam como porta de entrada dos cidadãos no atendimento prestado pela SMDS. É de competência de cada CDS participar do planejamento de programas e projetos a serem realizados na sua área de abrangência, implementar a política regional de assistência, realizar pesquisas, coordenar, assim como supervisionar e avaliar a execução de todas as ações de desenvolvimento social. A identificação das Coordenadorias de Desenvolvimento Social é feita através de números (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª CAS) totalizando dez unidades na cidade.

A pesquisa indica a crescente expansão da atuação das entidades e organizações de assistência social no campo das ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos (aproximadamente 60% do universo pesquisado) e a sua concentração na região central do município do Rio de Janeiro. Isso demonstra que este é um campo fértil para atuação do profissional de Serviço Social em virtude das atribuições solicitadas por este campo (das quais o assistente social tem demonstrado competência “privilegiada”) e a conjuntura política do atual momento da assistência social mediante os espaços de participação democrática – Conferências, Conselhos, Fóruns etc.

A proposta é que este seja um impulso para futuros trabalhos de pesquisa com esta temática. É necessário investigar a atuação destas entidades, se o direcionamento de suas ações é voltado para o assessoramento institucional ou se é voltado diretamente à qualificação dos sujeitos no protagonismo dos espaços de participação democrática, qual sua efetividade nos conselhos de direito, enfim, inúmeras são as possibilidades de ação e pesquisa neste espaço sócio-ocupacional, que merecem atenção especial da categoria para contribuição na construção de acervo bibliográfico e outras questões. 📖

*Texto compilado do Trabalho de Conclusão do Curso em Serviço Social apresentado pela autora no Centro Universitário Augusto Motta, Rio de Janeiro / RJ Janeiro de 2013.

CONFERÊNCIA

Por Alessandro Tiezzi e Gabriella Fanelli

Por definição, conferência significa conferir, comparar, confrontar com algo ou alguma ideia. É constatar, a partir de um tempo, se o que era de uma maneira agora poderá estar diferente, avançado, resoluto ou apenas estacionário, inerte ou retrocedido. Conferência é certificar-se de que o que se pensou para ser deixou de ser ou caminhou a favor da intencionalidade do que se queria que fosse.

Uma conferência no sentido mais republicano hoje é um fórum de participação popular, instância de controle social, planejamento e gestão. Sendo assim, gera debate, aproxima os diferentes geográfica e ideologicamente, reencontra os distantes, regozija os professorais, anima os festivos e agasalha novos sonhos de conquistas coletivos, quase coletivos e individuais.

Ser conferente é ser específico na amplitude do que se discute, sem nunca ter pensado em ser tão amplo na especificidade do que me reafirma, empodera e exercita para defender minha convicção do que a mim me coube ser. Aliás, conferente aqui é delegado, representante oficial, quase um diplomata das causas de muitos. Um adido do mundo real, entrincheirado no mundo das ideias e projeções.

Minha primeira conferência em dezembro de 2013 foi assistida de perto pelo meu olhar psicossocial. Vi o Brasil desfilar na minha frente com grandes autoridades, pseudobispos, atores sem brilho, criaturas imponentes e muita gente simples.

Acelerando a câmera, revejo homens e mulheres em profusão com centenas de páginas nas mãos: livros, panfletos, cartazes, guias, bulas, receitas de sucesso e muito sucesso escrito e descrito com letras douradas.

Vi discussões homéricas em auditórios enormes e lotados de cadeiras ocupadas por seres entediados, vibrantes,


cumpridores do expediente e estrepitosos por gosto e fantasia. Tudo parecia interessante para os que tagarelavam nos corredores quase sempre exaustos de tanta gente, mas basta retroceder o filme para que um clima *noir* se estabeleça entre aspas e sem parênteses, lócus em que vive certo ser que nunca irrompe nas consciências.

Ouvi hinos, música regional e palavra de ordem. Vi desordem sem cura e filas eriçadas de mulheres, muitas mulheres, todos os tipos de mulheres. Não por acaso, conferência é gramática feminina, lugar de falar, dizer, declarar.

Na conferência se vende e compra ideias, copiam-se imagens, denotam-se comportamentos. Expõem-se gravuras e desenhos e camisetas mal feitas em grafismos precários, doces e trufas, falsa joia e badulaque das meninas encantadas da comunidade do osso da glória, no Estado imaginário do meu país. Fala-se sério vendo a TV globo.

Grupos inteiros de delegados, alguns compungidos, outros cientes e disciplinados, apresentam-se durante o dia. Diferentemente da noite, quando alguns, e sempre tem esses alguns, estudam com profundidade o tema do dia seguinte. Outras comemoram o Distrito Federal a seu modo e idiosincrasia.

Conferência tem seu equivalente artístico no pós-modernismo, equivalência científica no acelerador de partículas e a nuance estética de uma Guernica criada por Andy Warhol e descrita musicalmente por Patativa do Assaré. Vê-se no fundo a silhueta de um índio amazônico.

Tolice acreditar que eu vi tudo. Naquele mundo todo me escapou o principal. Na próxima quero estar lá. 





CAPA



PÚBLICO SELETO, AÇÕES DIFERENCIADAS

Promover eventos – em especial aqueles voltados à alta sociedade – é uma das maneiras mais atraentes e eficazes encontradas pelas entidades do Terceiro Setor para manter o funcionamento de suas ações

Por Paula Craveiro



Independente da causa defendida ou do porte da entidade, um dos principais objetivos (e maiores desafios) das instituições do Terceiro Setor é dispor de capital suficiente para manter suas atividades e seus projetos em andamento. Contudo, diversas vezes, esses recursos não estão disponíveis no momento em que mais se precisa deles.

Para tentar fugir dessa limitação de recursos (humanos, materiais e financeiros, principalmente), muitas entidades recorrem à realização de eventos como meio de mobilizar os recursos necessários à continuidade de suas atividades.

Bazares beneficentes, bingos, chás da tarde, entre outras tantas possibilidades, são as modalidades mais comuns. No entanto, existe um nicho que ainda é pouco explorado no Brasil: os eventos voltados à alta sociedade.

NICHO BASTANTE RENTÁVEL

Enquanto a grande maioria das instituições do Terceiro Setor demanda recursos de fontes tradicionais, como governo ou projetos de geração de renda, um grupo ainda pequeno de entidades encontrou nos eventos direcionados à alta sociedade uma maneira interessante de captação que auxilia, também, na divulgação da entidade e de suas ações.

Esses eventos visam reunir pessoas de elevado poder aquisitivo e, evidentemente, aquelas que estão dispostas a colocar a mão no bolso para fazer algo por aqueles que, por alguma razão, não tiverem as mesmas oportunidades na vida.

No entanto, não basta apenas ter disposição e boa vontade para organizar um evento. É preciso planejar cautelosamente cada passo desse projeto, desde os objetivos da ação até quem será o público-alvo.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Entidades sociais de grande porte geralmente contam com o auxílio de uma equipe ou empresa especializada em organização de eventos. No entanto, isso ainda não é uma realidade para a maioria das instituições do Terceiro Setor brasileiro.

Pensando mais especificamente nestas últimas, a **Revista Filantropia** preparou uma série de dicas com o objetivo de orientar o processo da organização de um evento. Mais adiante, veremos como agir no caso de eventos para a alta sociedade.

POR ONDE COMEÇAR

Como mencionado anteriormente, hoje em dia organizar um evento beneficente é uma boa alternativa para instituições arrecadarem recursos financeiros e, assim, ajudar a manter suas atividades, ajudando a quem precisa. Porém, é fundamental ter cuidado para planejar um evento adequadamente.

Organizar uma atividade deste porte é um processo que requer muito planejamento. Muito mesmo.

Este é o momento em que a entidade deve definir o que pretende com o evento, solicitar orçamentos, verificar datas e horários, fazer a seleção e a reserva do local onde o evento ocorrerá, fazer a coordenação do transporte e do estacionamento, entre tantas outras etapas.

“O primeiro passo é montar uma equipe que esteja disposta a ajudar e fazer acontecer o evento”, afirma Natalia Vasca, da Eventioz, plataforma on-line de gerenciamento de eventos. “É preciso fazer uma reunião, juntar as ideias de todos os envolvidos, criar um cronograma de ações e planejar os detalhes para evitar imprevistos”, lembra.

Natalia destaca ainda que é importante estar atento aos orçamentos e possíveis despesas. “É primordial lembrar que o foco principal de um evento beneficente é arrecadar fundos, portanto, faça um orçamento de custos preciso, calcule corretamente o que você necessita, crie planilhas com todos os gastos e receitas para a produção do evento e gerencie bem o valor investido”.



É primordial lembrar que o foco principal de um evento beneficente é arrecadar fundos, portanto, faça um orçamento de custos preciso, calcule corretamente o que você necessita, crie planilhas com todos os gastos e receitas para a produção do evento e gerencie bem o valor investido

O DE VINHOS AE DE SÃO PAULO E PARA *Harmonizar*

Leilão de vinhos realizado
pela Apae de São Paulo
anualmente

PASSO A PASSO

A seguir, apresentaremos um passo a passo simplificado, indicando as principais etapas a serem seguidas.

- ◆ **Equipe** → A primeira etapa – e uma das mais importantes – na organização de um evento é a mobilização das pessoas (funcionários ou voluntários) que estarão envolvidas na execução das atividades necessárias à implantação do mesmo. É preciso selecionar pessoas que tenham capacidade e disponibilidade para assumir as tarefas que lhes serão designadas, além de afinidade com a causa a ser apoiada pela ação.
- ◆ **Capacidade de sua organização** → O mais indicado é que a entidade comece a planejar eventos de pequeno porte para, aos poucos, aprender o processo mais adequado, mesmo que estes não rendam muitos recursos em princípio. A experiência que a organização vai adquirindo é muito importante para que futuros (e maiores) eventos sejam bem-sucedidos. Se a organização tem uma boa estrutura e conta com a participação de voluntários, é possível pensar, desde o início, em eventos de maior complexidade operacional.

- ◆ **Formato do evento** → Tendo a equipe formada, é necessário pensar no tipo de evento beneficente que a entidade planejará. Essa etapa deve levar em consideração a mão de obra e o financiamento disponível durante o processo. O sucesso de um evento especial é dependente do estabelecimento de metas atingíveis. Se muitos voluntários estão disponíveis, um evento maior, como um torneio esportivo, demanda o pensamento que se pode considerar viável.
- ◆ **Tempo e localização** → Certifique-se de permitir que a abundância de tempo para o evento seja suficiente. Em geral, pequenas festas e encontros podem ser organizados em apenas três meses, ao passo que grandes eventos exigem no mínimo nove meses para se planejar de maneira adequada. Em termos de localização, tende a ser mais fácil e menos oneroso para eventos menores encontrar uma “casa” (leilões silenciosos no salão social da igreja, por exemplo), enquanto outros tipos precisam de mais planejamento. A maioria das cidades tem variedade de hotéis, restaurantes, centros



comerciais e outros locais especiais e disponíveis para almoços, jantares, grandes festas e cerimônias.

- ◆ **Tema** → Qualquer planejador especialista sabe que os melhores eventos são “amarrados” com um tema. Para eventos beneficentes, em particular, a identificação e incorporação de um tema é fácil. A angariação de fundos para a biblioteca das crianças locais, por exemplo, pode se gabar de ser um tema relacionado com clássicos da literatura infantil.
- ◆ **Divisão de tarefas e engajamento** → Antes do dia do evento, todos os envolvidos devem estar cientes de suas responsabilidades, como arrumar as toalhas de mesa, confirmar presença de convidados e recepcionar os oradores/palestrantes, por exemplo. É necessário que todos tenham o sentimento de que se envolver em um evento pode ser um relacionamento benéfico.
- ◆ **Planejamento** → O evento deve ser planejado com antecedência e de forma completa. Nunca pressuponha nada e esteja atento a cada detalhe. Tente pensar nas possíveis contingências e em como as dificuldades serão contornadas quando ocorrerem, a fim de evitar que seja despendido um grande esforço na organização e o resultado do evento não seja satisfatório. Dependendo do formato de evento desejado (festa, jantar, show, entre outras possibilidades), deverão ser incluídas

algumas ou todas as atividades seguintes: desenvolvimento do tema ou assunto para o evento, provimento de oradores/palestrantes e possíveis substitutos, apoio à coordenação local (como eletricidade e outros utilitários), decoração do espaço (mesas, cadeiras, tendas), segurança, alimentação, policiamento, bombeiros, banheiros portáteis, estacionamento, sinalização, planos de emergência e profissionais de saúde e limpeza.

- ◆ **Público-alvo** → Enquanto se planeja o formato adequado do evento, é primordial pensar a qual público este será destinado — doadores esporádicos, empresas de diversos portes, grandes empresários, membros da alta sociedade etc. É a partir da definição de formato e público que se pode ter uma real noção dos custos envolvidos.
- ◆ **Orçamento** → É fundamental saber de antemão quais serão os custos envolvidos na elaboração do evento e qual é o retorno que se espera ter com a sua realização. Mesmo que o evento tenha como objetivo captar recursos para a organização, é muito provável que seja necessário fazer algum investimento para a sua implantação. Por exemplo: uma organização que esteja planejando uma grande festa beneficente precisará locar um espaço, comprar alimentos e bebidas, entre outros custos.



Leilão da Make a Wish leiloou itens como viagens, produtos e experiências, e conseguiu realizar 150 sonhos

- ◆ **Controle sua arrecadação financeira** → Monte uma planilha de controle de gastos e receitas. Conforme o tipo de evento organizado, é possível que existam várias fontes de entrada de dinheiro (venda de convites, venda de alimentos e bebidas durante o evento, patrocínios de atividades etc.). É importante controlar todas estas fontes, não apenas para evitar desvios de dinheiro, mas também para que se possam analisar, no futuro, quais foram as fontes de recursos mais eficientes e, conseqüentemente, planejar melhor os resultados das próximas edições do evento.
- ◆ **Patrocinadores e apoiadores** → Para auxiliar na realização do evento e na redução das despesas — contribuindo para um melhor resultado ao término do mesmo —, vale a pena a entidade social buscar patrocinadores e parceiros. Para isso, é essencial ser transparente a respeito de qual é a causa principal do evento, o porquê de realizá-lo e como os recursos obtidos desses parceiros serão empregados.
- ◆ **Elaboração de plano de ação** → O instrumento básico para o gerenciamento de um evento deve ser o cronograma de ações. Nele estarão todas as informações

Enquanto se planeja o formato adequado do evento, é primordial pensar a qual público este será destinado — doadores esporádicos, empresas de diversos portes, grandes empresários, membros da alta sociedade etc. É a partir da definição de formato e público que se pode ter uma real noção dos custos envolvidos.

referentes ao evento: quais as atividades necessárias, quem são os responsáveis por cada uma delas, em que ordem as ações devem ocorrer, quais os prazos para cada etapa etc.

- ◆ **Plano de comunicação / divulgação** → Um dos resultados paralelos mais importantes de um evento é a divulgação. Além do retorno financeiro que o evento pode ter, ele pode ser uma ferramenta muito útil na veiculação e apresentação das atividades realizadas pela organização, pode ajudar a trazer novos parceiros e a aproximar pessoas que, posteriormente, poderão trabalhar como voluntárias, ou ajudar no desenvolvimento das atividades de diversas maneiras.

ALTA SOCIEDADE

Especialistas em organização de eventos sociais afirmam que todo evento deve ser visto sob três aspectos: arrecadação de fundos, divulgação da organização e aproximação de pessoas-chave para trabalhos futuros.

Ao promover um evento focado na alta sociedade, é essencial que se tenha em mente esses aspectos, pois, se bem trabalhado, o evento pode render resultados bastante positivos em todos eles.

Trabalhar com um público tão específico quanto este demanda uma série de cuidados, como:

- ◆ **Seleção criteriosa de convidados** → Quem, de fato, vale a pena ser convidado, considerando questões como engajamento em obras sociais e filantrópicas, hábitos de doações e participações em eventos semelhantes.
- ◆ **Local do evento** → Qual o local mais adequado à realização do evento? Afinal, não é possível pensar em um evento voltado a esse público sem considerar sua realização em locais compatíveis com seus hábitos e costumes, ou, então, em locais relacionados à própria associação ou sua atuação.
- ◆ **Tipo de evento** → Nada impede que um evento voltado a esse público siga o modelo tradicional de evento beneficente, como jantares, bingos e bazares. No entanto,



Eventos para a alta sociedade, como o realizado pela Apae de São Paulo, reúne empresários e celebridades

para torná-lo atraente a este público específico, a organização social deve adotar alguns cuidados quanto os produtos e serviços que serão ofertados no caso de bingos, por exemplo. Para obter o retorno desejado, é preciso pensar grande e oferecer produtos que realmente despertem o interesse de seu público-alvo. Brindes e produtos comuns podem não ser muito atraentes.

- ◆ **Relacionamento** → Não basta preparar uma relação gigantesca de convidados, colocá-los em um determinado ambiente e deixar as coisas acontecerem por conta própria. Além da tão comentada organização/planejamento, os envolvidos no evento — em especial dirigentes da instituição e pessoas responsáveis pelo planejamento — devem buscar manter contato direto com seus convidados. Não apenas por uma questão de gentileza e educação, fato de suma importância, mas também como forma de estreitar relacionamento, aproximar esses doadores em potencial da instituição e de seus projetos e, também incentivá-los a se envolver na obra e tornarem-se divulgadores espontâneos.

EXEMPLOS DE SUCESSO

Em 2013, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (Apae-SP) promoveu a 6ª edição de seu leilão de vinhos. O evento, que contou com a presença de cerca de 500 empresários e personalidades que apoiam a causa, reuniu rótulos diferenciados e reverenciados que foram leiloados para arrecadar recursos aos projetos da instituição, que beneficiam milhares de pessoas com deficiência mental.

Trata-se de uma receita importante para a manutenção de seus projetos. A Apae arrecadou nos anos de 2011 e

2012, com os leilões de vinhos, R\$ 2,5 milhões. Em 2013, a associação conseguiu angariar R\$ 1 milhão, com a venda de 64 lotes, com mais de 120 garrafas. Entre os vinhos leiloados estavam: o francês Petrus (1993), que alcançou o montante de R\$ 17 mil; Château de Rothschild (1976) e Château Cheval Blanc (1961), além de raridades como Vega Sicilia e Château Lafite Rothschild.

“Com o resultado do 6º Leilão, pretendemos investir na Cozinha Especial, que desenvolve alimentos especiais para pessoas com doenças metabólicas, e no Serviço de Qualificação e Inclusão Profissional da Organização”, explica Cássio Clemente, idealizador do evento e diretor-presidente da APAE-SP. “É uma honra realizar este evento voltado para que ações de prevenção e inclusão social da pessoa com Deficiência Intelectual sejam concretizadas”.

Há alguns anos, a Make-A-Wish Brasil realiza seu jantar de gala. Durante o evento, que na edição de 2013 contou com a participação de Rodrigo Faro e Tiago Abravanel, foram leiloados itens como viagens, *gourmet*, produtos e “experiências extraordinárias”. Com o montante arrecado, a fundação pôde tornar real 150 sonhos.

Outra iniciativa bem sucedida é Les Chefs & Décors, promovido pelo Projeto Velho Amigo e que já faz parte do calendário da alta sociedade paulistana. O evento reúne os mais requisitados decoradores da capital, com seus espaços criados exclusivamente para receber os quitutes e iguarias de aclamados *chefs* de São Paulo. O evento conta com a harmonização das especialidades servidas com as melhores safras de vinhos. Toda a verba arrecadada é integralmente revertida às casas de longa permanência credenciadas no Projeto. 🍷

MUITO MARKETING E POUCA AÇÃO

O *Greenwashing*, ou “maquiagem verde”, é usado para construir falsas imagens positivas de produtos e serviços. Saiba como identificar esta prática

Por Luciano Guimarães

“Sem gordura trans”, “light”, “diet”, “sem açúcar”, “baixas calorias”, “livre de CFC”, “mais econômico”, “ecologicamente correto”, “menos plástico”, “produzido com madeira de reflorestamento”, “embalagem reciclável”, “não fazemos testes em animais”, “dermatologicamente testado”, “hipoalergênico”. Dezenas de expressões dessa natureza constam nos rótulos de toda a sorte de produtos e aparecem em diferentes ações de propaganda feitas Brasil a fora.

Sendo bombardeada diariamente por uma avalanche de informações, e mesmo estando bastante acostumada com a rapidez e a interatividade das novas mídias, parcela considerável dos consumidores ainda não consegue identificar claramente o uso do *greenwashing*.

Essa nefasta técnica do marketing ainda é largamente aplicada por empresas, governos e até mesmo organizações sociais, com o objetivo de construir uma falsa imagem positiva de produtos e serviços para ludibriar a opinião pública, fazendo-a acreditar na existência de ações de responsabilidade e respeito socioambiental.

O problema é tão sério que diversas pesquisas vêm sendo realizadas em todo o mundo a fim de identificar tanto as causas e as consequências desses atos quanto ensinar os consumidores a perceber e escapar dessas armadilhas mercadológicas.





Em um dos mais recentes estudos, realizado em 2013 a partir de uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e a Market Analysis, 43% das 900 pessoas entrevistadas nas cinco regiões do país informaram não tomar qualquer conhecimento sobre essas informações.

Intitulada “A percepção do consumidor sobre o apelo nas embalagens”, a pesquisa revela, por outro lado, que um entre cada quatro brasileiros está atento às características das mensagens dos rótulos e de peças publicitárias, sejam elas ligadas à saúde, ao meio ambiente ou a projetos sociais.

Em tempos de grandes preocupações com o futuro do meio ambiente, as mensagens relativas a este tema são mais percebidas por 53% dos consumidores, de acordo com o levantamento. O percentual se eleva a 60% quando os entrevistados dizem desconfiar de uso de *greenwashing*. Por outro lado, 11% acreditam piamente nas informações dos rótulos.

“Nem todo apelo ambiental que está nas embalagens dos produtos é, de fato, um selo que representa uma ação voluntária do fabricante em favor do meio ambiente”, explica o diretor-geral da Market Analysis, Fabián Echegaray,

Essa nefasta técnica do marketing ainda é largamente aplicada por empresas, governos e até mesmo organizações sociais, com o objetivo de construir uma falsa imagem positiva de produtos e serviços para ludibriar a opinião pública, fazendo-a acreditar na existência de ações de responsabilidade e respeito socioambiental

consultor do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD).

De acordo com ele, o consumidor precisa estar atento aos alertas divulgados, buscar identificar se há uma instituição certificadora por trás do selo, o que o selo significa, se representa mesmo um diferencial ou se é apenas um indicativo do cumprimento da legislação.

BÚSSOLA

Embora o Brasil não possua uma lei que coíba abusos relacionados, por exemplo, à chamada rotulagem ambiental, as empresas acabam se autorregulando – ou pelo menos deveriam.

RECOMENDAÇÕES PARA OS CONSUMIDORES

PROCURE POR CERTIFICAÇÕES DE TERCEIROS

A rotulagem ambiental padronizada pela norma ISO 14021 e reconhecida ao redor do mundo surgiu como uma resposta para os esforços em impedir o *greenwashing*, servindo como uma das ferramentas mais úteis na luta contra este fenômeno. Informe-se e procure por produtos certificados de terceiras partes que atestam e certificam a qualidade do produto. Esta continua sendo a melhor forma de comprovação dos apelos feitos.



PROCURE POR EVIDÊNCIAS DE QUALQUER UM DOS SETE PECADOS DA ROTULAGEM AMBIENTAL COM AS SEGUINTE QUESTÕES

a) O apelo ecológico está se referindo apenas a uma questão ambiental restrita? (**Custo Ambiental Camuflado**) Se sim, procure por informações adicionais que possam lhe fornecer uma imagem mais clara do impacto ambiental do produto.

b) O apelo fornece mais informações e evidências sobre sua proveniência? (**Falta de Prova**) Um marketing ambiental correto ajuda o consumidor a encontrar evidências e aprender mais sobre tal atributo. Sites, certificados de terceiros, telefones gratuitos (0800) são formas fáceis e efetivas de fornecer provas.

c) O apelo ambiental é autoexplicativo? Se não, apresenta alguma explicação sobre seu significado? (**Incerteza**) Sem a devida explicação, produtos que se apresentam como “ecologicamente corretos” e “amigos do planeta”, são vagos e sem sentido.

d) Poderiam todos os produtos desta categoria apresentar o mesmo apelo? (**Irrelevância**) O exemplo mais comum de se encontrar é a afirmação “Não contém CFC”, considerada

irrelevante, pois nenhum produto é fabricado com clorofluorcarbonetos.

e) Quando checo o apelo feito, ele é verdadeiro? (**Mentira**) Os exemplos mais frequentes são quando o produto apresenta um certificado de terceira parte de maneira falsa.

f) O apelo tenta fazer o consumidor se sentir mais “verde” em relação a categoria de um produto que tem seu benefício ambiental questionado? (**“Menos Pior”**) Consumidores preocupados, por exemplo, com os efeitos colaterais do tabaco e do cigarro seriam mais responsáveis se parassem de fumar do que se comprassem cigarros orgânicos.

g) O certificado apresentado pelo produto é realmente endossado por terceiros? (**Culto a Falsos Rótulos**) Procure se informar sobre os verdadeiros selos de certificação ecológicos para não ser enganado por simples imagens ou selos sem certificação alguma.



Fonte: Market Analysis, por meio da pesquisa: “Greenwashing no Brasil: um estudo sobre os apelos ambientais nos rótulos dos produtos”.

A Associação Brasileira de Embalagem (Abre) deu mais um passo nesta direção ao lançar uma cartilha com diretrizes baseadas na norma ISO 14021:2013 (Rotulagem Tipo II – Autodeclarações Ambientais), com o objetivo de padronizar a rotulagem ambiental aplicada às embalagens.

A norma considera que os rótulos das embalagens devem ser “exatos e não enganosos; substanciados e verificáveis; relevantes àquele produto ou serviço em particular; específicos e claros sobre a que atributo é relativo; significativos em relação a todo impacto ambiental do produto

Como uma bússola, essas regras existem para nortear a publicidade, refletindo a maior responsabilidade do anunciante em relação ao meio ambiente e à sustentabilidade

ou serviço durante o ciclo de vida; e apresentados de maneira a indicar claramente a reivindicação ambiental com uma declaração explanatória”. Além disso, “não devem resultar em má interpretação; e não devem ser apresentados de maneira a parecer certificado por uma organização de terceira parte”.

Um pouco antes, em 2011, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) incrementou o combate ao *greenwashing* por meio do Anexo “U” – Apelos de sustentabilidade, inserido no Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária.

Como uma bússola, essas regras existem para nortear a publicidade, refletindo a maior responsabilidade do anunciante em relação ao meio ambiente e à sustentabilidade. Baseado em oito princípios, o Anexo “U” é uma mostra de que é possível ter sucesso sem precisar recorrer ao lado negativo do marketing.

O primeiro deles é a concretude. Segundo este princípio, “as alegações de benefícios socioambientais deverão corresponder às práticas concretas adotadas, evitando conceitos vagos que ensejem acepções equivocadas ou mais abrangentes do que as condutas apregoadas”.

O texto deixa claro que “a publicidade de condutas sustentáveis e ambientais deve ser antecedida pela efetiva adoção ou formalização de tal postura por parte da empresa ou instituição. Caso a publicidade apregoe ação futura, é indispensável revelar tal condição de expectativa de ato não concretizado no momento da veiculação do anúncio”.

O segundo é a veracidade. De acordo com o Anexo “U”, “as informações e alegações veiculadas deverão ser verdadeiras, passíveis de verificação e de comprovação, estimulando a disponibilização de informações mais detalhadas sobre as práticas apregoadas por meio de outras fontes e materiais, tais como websites, SACs (Serviços de Atendimento ao Consumidor) etc.”.

A exatidão e a clareza compõem o terceiro princípio, pelo qual “as informações veiculadas deverão ser exatas e precisas, expressas de forma clara e em linguagem compreensível, não ensejando interpretações equivocadas ou falsas conclusões”.

A comprovação dos fatos e a legitimidade das fontes estão em quarto lugar nesta lista, afinal, “os responsáveis pelo anúncio de que trata este Anexo deverão dispor de dados

comprobatórios e de fontes externas que endossem, senão mesmo se responsabilizem pelas informações socioambientais comunicadas”.

Já o quinto princípio é a pertinência. Isso porque “é aconselhável que as informações socioambientais tenham relação lógica com a área de atuação das empresas, e/ou com suas marcas, produtos e serviços, em seu setor de negócios e mercado. Não serão considerados pertinentes apelos que divulguem como benefício socioambiental o mero cumprimento de disposições legais e regulamentares a que o anunciante se encontra obrigado”.

O sexto princípio é a relevância. Segundo este item do Anexo “U” do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, “os benefícios socioambientais comunicados deverão ser significativos em termos do impacto global que as empresas, suas marcas, produtos e serviços exercem sobre a sociedade e o meio ambiente - em todo seu processo e ciclo, desde a produção e comercialização, até o uso e descarte”.

Em seguida, o sétimo princípio sugere que as empresas não forcem a barra com promessas e vantagens absolutas. Assim, “tendo em vista que não existem compensações plenas, que anulem os impactos socioambientais produzidos pelas empresas, a publicidade não comunicará promessas ou vantagens absolutas ou de superioridade imbatível. As ações de responsabilidade socioambiental não serão comunicadas como evidência suficiente da sustentabilidade geral da empresa, suas marcas, produtos e serviços”.

Por último, mas não menos importante, está o marketing relacionado a causas. Este item do Anexo “U” afirma que “a publicidade explicitará claramente a(s) causa(s) e entidade(s) oficial(is) ou do Terceiro Setor envolvido(s) na parceria com as empresas, suas marcas, produtos e serviços”.

Além disso, “o anúncio não poderá aludir a causas, movimentos, indicadores de desempenho nem se apropriar do prestígio e credibilidade de instituição a menos que o faça de maneira autorizada”. E “as ações socioambientais e de sustentabilidade objeto da publicidade não eximem anunciante, agência e veículo do cumprimento das demais normas éticas dispostas no Código”.

O mercado conhece bem o problema e sabe o que precisa fazer para mudar esta realidade. Enquanto isso, os consumidores ainda necessitam de ferramentas mais substanciais que os ajudem a aprender e a identificar a “maquiagem verde” nos produtos e nos serviços.

Afinal, argumenta Echeagaray, o *greenwashing* representa uma ameaça ao compromisso sério das empresas pela causa da sustentabilidade. “Esta prática é um obstáculo gravíssimo no processo de educação do consumidor rumo a um modelo mais consciente e responsável de consumo”. 🌱

Ressoar Solidário

Ações de voluntariado em diversas áreas por todo o Brasil.



Programa Ressoar

Apresentado por Chris Flores, o Programa Ressoar vai ao ar pela Record News todos os domingos às 19h30, com reprise nos sábados seguintes às 11h30. Por meio de reportagens e entrevistas, abre espaço para o debate sobre o terceiro setor, incluindo temas econômicos, sociais e educacionais.



Projeto Nova Canaã

Educação, esportes e alimentação para 600 crianças de Irecê, no sertão da Bahia.



INSTITUTO RESSOAR



Ressoar nos Bairros

200 mil atendimentos por ano. Diversão e prestação de serviços para quem mais precisa.

Ressoar Multimeios

Curso de capacitação profissional na área audiovisual com 700 alunos inscritos a cada etapa.



É MAIS QUE ESPERANÇA. É REALIZAÇÃO!

Junte-se à nós e seja mais que esperança na vida de muita gente!

Faça parte de nossos projetos.

Vamos tornar a sociedade mais justa e menos desigual.

Fale conosco - ressoar@ressoar.org.br



www.ressoar.org.br



facebook.com/institutoressoar



twitter.com/ressoar



◀ **MARCUS NAKAGAWA** é sócio-diretor da iSetor, professor da ESPM, presidente do conselho deliberativo e idealizador da Associação Brasileira dos Profissionais de Sustentabilidade (Abraps).



EMPREENDEDORISMO NA ECONOMIA VERDE

Você já se imaginou trabalhando para um negócio que fará parte da próxima tendência econômica? Já pensou em um empreendimento que esteja dentro de um dos seis setores mais promissores, sendo que o seu mercado triplicará até 2020, atingindo 2,2 trilhões de dólares, de acordo com a ONU?

Pois bem, esta é a economia verde, uma iniciativa que foi lançada pelo Programa das Nações Unidas pelo Meio Ambiente (PNUMA), em 2008, que visa mobilizar e reorientar a economia para investimentos em tecnologias verdes e infraestrutura natural. Este movimento possui apoio de economistas e tem as seguintes estratégias: valorizar e divulgar os serviços ambientalmente corretos para consumidores; gerar empregos no conceito dos empregos verdes; definir políticas nesse sentido; desenvolver instrumentos e indicativos do mercado capazes de acelerar a transição para uma economia verde.

Um dos setores que foi colocado na economia verde é a agricultura. Para este setor, existe uma expectativa que o mercado mundial dos produtos alimentícios e de bebidas orgânicas duplique até 2015, chegando a 105 bilhões de dólares. Por exemplo, quando o famoso chá mate Leão, que agora é uma das marcas de bebidas não gaseificadas da Coca-Cola, resolve ter uma linha orgânica, isso significa que a tendência está se massificando.

Outro setor é o das energias renováveis, com os biocombustíveis, energia eólica, solar fotovoltaica, entre outros. Esta área começa a aparecer também no nosso país, não só pelo biocombustível da cana de açúcar, mas também as paisagens que já vêm sendo modificadas

pelos grandes cataventos no nordeste e em outras regiões do país. Além disso, feiras como a Enersolar +Brasil 2013, que aconteceu em julho de 2013, em São Paulo, ganha maior visibilidade e, a cada ano, mais expositores e visitantes.

Em outro setor desta economia está o turismo, principalmente o ecoturismo, que está crescendo muito no país, com agências especializadas e pacotes específicos para a grande massa. De acordo com a Organização Mundial do Turismo, enquanto o turismo cresce 7,5% ao ano, o ecoturismo supera os 20%.

A pesca certificada e a aquicultura também estão sob os holofotes, com uma captura anual de 18 milhões de toneladas de peixes e frutos do mar, ou seja, cerca de 17% da pesca internacional.

O setor florestal não poderia deixar de estar nesta economia, fundamentalmente quando falamos em florestas certificadas e com processos que estejam dentro dos parâmetros mundiais de manejo.

E, por último, a indústria e suas práticas de sustentabilidade para garantir os negócios dentro das cadeias de fornecimento internacional. Neste sentido, pode-se observar o aumento de empresas certificadas com a ISO 14.001 referente ao respeito ao meio ambiente. Além disso, há o aumento de consultores e o mercado em torno deste tema.

Portanto, existe uma nova economia para aquele empreendedor que quer juntar algumas crenças e valores ambientais com o tipo de negócio que desenvolverá. E ele será o empreendedor da economia verde, que crescerá ainda mais e passará a fazer parte da vida das próximas gerações. 🌱

INSCREVA-SE NO SEU FUTURO PROFISSIONAL

O Programa de Educação Continuada do Instituto APAE DE SÃO PAULO é a oportunidade ideal para agregar conhecimento que valoriza a formação de profissionais diferenciados.



EAD (Ensino a distância)

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA - 40h

Início: 12 de março a 16 de abril de 2014 **Investimento:** R\$ 250,00

OS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS - 40h

Início: 5 de fevereiro a 19 de março 2014 **Investimento:** R\$ 250,00

Cursos Mistos

TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM VERSUS DEFICIÊNCIA INTELECTUAL – 40h

Início: 7 de maio a 11 de junho de 2014 **Investimento:** R\$ 300,00

Presenciais

TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM VERSUS DEFICIÊNCIA INTELECTUAL - 18h

Datas: 8, 15 e 22 de fevereiro de 2014 **Investimento:** R\$ 250,00

DÉFICIT DE ATENÇÃO, HIPERATIVIDADE E SUA INTERFACE COM A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL - 16h

Datas: 5 e 12 de abril de 2014 **Investimento:** R\$ 250,00

PROMOVENDO AUTONOMIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL – 16h

Datas: 8 e 15 de fevereiro de 2014 **Investimento:** R\$ 200,00

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL – 12h

Datas: 17, 24 e 31 de maio de 2014 **Investimento:** R\$ 250,00

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS – 40h

Datas: 15, 22 e 29 de março, 5 e 12 de abril de 2014 **Investimento:** R\$ 550,00

OFICINA: ATELIÊ PEDAGÓGICO – TÉCNICAS DE ARTES PLÁSTICAS UTILIZADAS COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL – 8h

Data: 27 de abril de 2014 **Investimento:** R\$ 140,00

Descontos para inscrições em grupo ou para inscrição em mais de um curso.

Conheça possibilidade de parcelamento.
Rua Loefgren, 2.109
Vila Clementino - São Paulo - SP
(11) 5080 7007 - instituto@apaesp.org.br
www.apaesp.org.br/instituto





◀ **FABIÁN ECHEGARAY** é PhD em Ciência Política pela Universidade de Connecticut (EUA) e diretor-geral da Market Analysis, instituto de pesquisas especializado em sustentabilidade e responsabilidade social.



POR QUE AS SOCIEDADES ESTÃO PERDENDO A FÉ NAS TECNOLOGIAS VERDES?

Poucos temas têm dominado tanto o debate público e a agenda política nos últimos anos como as mudanças climáticas e o aquecimento global. Tanto nos meios de comunicação como entre as prioridades e preocupações do público, o tema ganhou um espaço que antes não tinha. Filmes de catástrofe, como “O Dia Depois de Amanhã” ou documentários premiados, como “Uma Verdade

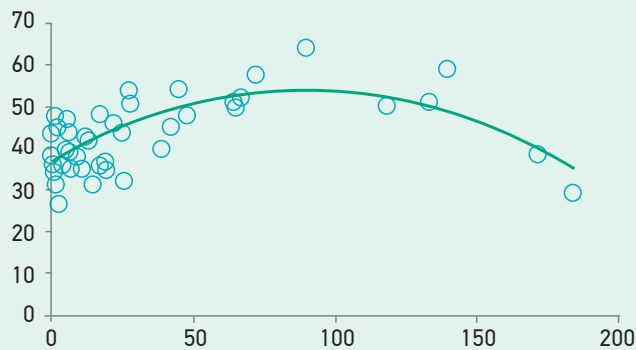
Inconveniente”, contribuíram para que o grande público saísse da indiferença. Muito além da ficção, o tom dramático, urgente e pessimista une segmentos de todo tipo. “Este é um livro sobre pesadelos, catástrofes” adverte o sociólogo Anthony Giddens em sua recente obra, “A política da mudança climática”. “O aquecimento global deve ser visto como uma ameaça econômica e à nossa segurança”, denunciou o ex-secretário da

Crença na tecnologia como solução para o problema das mudanças climáticas – (% de acordo com a proposição “Novas tecnologias resolverão o problema das mudanças climáticas, exigindo mudanças pequenas no pensamento e comportamento humano”)



Crença na tecnologia como solução para o problema das mudanças climáticas por publicação de relatórios de sustentabilidade no formato GRI

- % que concorda que as novas tecnologias podem resolver as mudanças climáticas sem mudanças no estilo de vida
- Número de empresas publicando relatórios de sustentabilidade no formato GRI por país



FONTE: MARKET ANALYSIS/GLOBESCAN

ONU, Kofi Annan. “As mudanças climáticas constituem um dos maiores desafios do nosso tempo”, apontava a carta aberta do Instituto Ethos do Brasil quatro anos atrás. Por sua vez, o líder social e ambientalista Lester Brown alerta que as mudanças climáticas significam menos comida e mais fome, sendo que o seu livro “Plano B” apresenta como subtítulo “mobilização para salvar a civilização”.

Embora muitas dessas vozes venham do Primeiro Mundo, o eco chegou com força até os países emergentes, como o Brasil: o tema multiplicou por sete seu espaço na mídia, ao mesmo tempo em que o número de eventos climáticos extremos ao redor do planeta se multiplicou de modo proporcional à sua intensidade. Registros privados iniciados em 2004 indicavam a ocorrência de 640 eventos catastróficos, que deixaram como saldo 11.600 vítimas fatais e quase US\$ 108 bilhões em perdas; em 2012, os eventos foram 905, com 8.900 vítimas fatais e US\$ 150 bilhões em perdas. Ainda, se no ano de 2000 o desvio da média de temperatura do século 20 se limitou a 0,40 graus Celsius, em 2012 chegava a 0,67. Tanto as catástrofes como as mudanças abruptas na temperatura colocam o tema no radar e na realidade das

sociedades (e não só das suas elites científicas ou ambientalistas), e facilitam tanto a visibilidade do tema como a formação de atitudes e opiniões sobre o assunto.

Como resultado, o tema se instalou nas nossas sociedades. Na Europa, a grande maioria da população considera os perigos das mudanças climáticas um problema mais sério se comparado à crise financeira, ficando atrás apenas da pobreza. No mesmo sentido, uma ampla maioria de norte-americanos expressa ter sido afetada pessoalmente por eventos climáticos extremos nos últimos 12 meses, associando essas ocorrências diretamente ao aquecimento global. A escala global, pesquisa feita em 18 países de todos os continentes, indica que 50% da população mundial considera as mudanças climáticas um problema muito sério, enquanto 31% das pessoas consideram-nas um problema razoavelmente sério.

A recente atualização do relatório do IPCC sobre mudanças climáticas deverá reanimar a atenção mundial sobre o tema nos próximos meses com um alerta reforçado, uma vez que a comunidade científica internacional aponta com grau de precisão nunca enunciado antes que, com 95% de certeza, a atividade

humana é a causadora das brutais oscilações do clima e suas consequências sociais, econômicas e ambientais. O relatório confirma que devido à expansão agrícola, industrial, urbana e demográfica, será ultrapassado o aumento de dois graus. Depois disso, os efeitos ambientais serão previsivelmente imprevisíveis. Ele também ratifica as previsões de aumento do nível do mar e o atingimento do maior grau de concentração de efeitos de gás estufa em 800 mil anos. Corrobora ainda que, junto com vários outros países emergentes, o Brasil será um dos mais afetados.

APOSTAR EM NOVAS TECNOLOGIAS OU NOVOS ESTILOS DE VIDA?

Diante das comprovações, o foco passa a estar nas soluções: dar preferência às mudanças nos estilos de vida ou às mudanças trazidas pela tecnologia? Na medida em que as diferentes partes envolvidas encaram as alternativas válidas de ação condicionadas pelos seus valores e interesses, o equilíbrio entre ambos os caminhos se vê naturalmente afetado. Por exemplo, as empresas, alguns setores da comunidade científica e o governo (como Ministérios de economia, planejamento, educação e tecnologia) trabalham com a premissa naturalizada de que o risco ou desafio climático e ambiental não só representa uma situação de pressão, como também um cenário de oportunidades. E boa parte dessas oportunidades está vinculada à geração e à oferta, por exemplo, de inovações em procedimentos e soluções tecnológicas (tais como geradores de energia limpa, equipamentos

que aumentem a eficiência energética e do consumo de água, métodos verdes de construção civil, reengenharia biomimética e desenhos inteligentes de produtos e embalagens, ampliação dos processos de reciclagem etc.), o que inclinaria a balança a favor da preferência por saídas através da tecnologia – a promessa da “economia verde”.

Por outro lado, ONGs e entidades da sociedade civil, outros setores do governo (como Ministérios da saúde e meio ambiente), assim como inúmeros membros da comunidade acadêmica, questionam a eficácia das respostas tecnológicas e interpretam que o principal objetivo no longo prazo passa por modificar substancialmente as condutas pessoais e a aspiração de manter níveis de consumo insustentáveis, induzindo à priorização pela mudança nos estilos de vida. Para muitos deles, as respostas tecnológicas são quimeras que escondem ou aninham problemas e riscos ainda maiores posteriormente.

A tensão entre essas opções específicas também é nutrida por debates relativos a quão genuína é a predisposição dos indivíduos a apropriar-se ou não do problema, pois essa escolha implica em um alinhamento com estratégias que envolvem o indivíduo de maneira central. A questão sobre até que ponto as respostas à crise ambiental devem vir de mudanças nos hábitos e valores pessoais, ou de mudanças externas impulsionadas por inovações tecnológicas, constitui-se, assim, em um indicador-chave da intensidade dos compromissos pessoais com o tema, do grau de autorresponsabilização vigente e da



Tanto as catástrofes como as mudanças abruptas na temperatura colocam o tema no radar e na realidade das sociedades (e não só das suas elites científicas ou ambientalistas), e facilitam tanto a visibilidade do tema como a formação de atitudes e opiniões sobre o assunto

percepção de empoderamento individual. Essa tensão também reflete parte das contradições naturais da modernidade. Neste sentido, a fé na saída tecnológica é uma derivação natural da crença moderna que consagra o domínio racional das atividades e processos.

QUANTO MAIS RICOS, MAIS CÉTICOS SOBRE A TECNOLOGIA

Só que, curiosamente, é nas nações mais avançadas industrial e tecnologicamente, pioneiras na modernização e racionalização de processos, que se concentra a maior resistência a apoiar essa opção pela salvação tecnológica. Elas conseguiram converter pioneirismo tecnológico em bem-estar econômico e social, então não deveriam apostar com mais afincamento numa solução apoiada na tecnologia? O grau de afluência econômica é determinante na maneira como os países lidam com as mudanças climáticas. Riqueza reflete maior vivência com o avanço tecnológico e com os perigos decorrentes. As inovações que permitiram acelerar o crescimento econômico, acumular bens e garantir o bem-estar também geraram impactos sociais e ambientais cada vez menos ignorados como “externalidades” e cada vez mais visíveis como riscos ou problemas. Resultado: existe uma relação negativa entre a riqueza da nação e o apoio à tecnologia.

Quando o foco recai sobre as nações em desenvolvimento, sabemos que a falta de recursos está diretamente relacionada com a vulnerabilidade. Embora a pobreza não seja sinônimo de vulnerabilidade, ela expressa a capacidade de lidar com o problema. Na medida em que indivíduos dos países emergentes exibem uma percepção de risco mais acentuada da situação, é natural estarem mais propensos a depositar suas expectativas sobre a tecnologia (negando ou desconhecendo os efeitos colaterais da industrialização), uma vez que possuem poucos recursos para se mobilizarem de outras formas.

A COMPLEXA INFLUÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

Para aqueles que rejeitam o reducionismo econômico como forma de ler o funcionamento do mundo, uma possível explicação alternativa tem a ver com a maturidade institucional das sociedades. De forma geral, países que possuem instituições sociais mais desenvolvidas (por exemplo, aqueles que se apoiam na autorregulação, permitem a livre circulação de ideias e propostas, estimulam a sustentabilidade corporativa, comunicam livremente os impactos positivos e negativos da atuação corporativa sobre a sociedade e meio ambiente etc.) tendem a apresentar mais capacidade de inovação e adaptação diante de desafios coletivos, como as mudanças climáticas. Esse é o ambiente propício para o progresso das ideias, a valorização do conhecimento e a modernização apoiada na tecnologia. Ao mesmo tempo, sociedades abertas com democracias sólidas e empresas trilhando o caminho da sustentabilidade de forma mais consistente

Quando o foco recai sobre as nações em desenvolvimento, sabemos que a falta de recursos está diretamente relacionada com a vulnerabilidade. Embora a pobreza não seja sinônimo de vulnerabilidade, ela expressa a capacidade de lidar com o problema

encontram limitações para socializar os custos de absorver medidas que afetem os interesses das suas clientelas, como eleitores e consumidores. Nesse sentido, as condições institucionais tenderiam a favorecer respostas que se apoiem menos na internalização de custos mais altos entre seus públicos de relacionamento (tais como a mudança de hábitos e estilos de vida) e mais nos avanços tecnológicos, que não exigem medidas antipáticas.

Se tomarmos o grau de sustentabilidade corporativa como indicador de progresso institucional e considerarmos o número de empresas publicando relatórios socioambientais no padrão da Global Reporting Initiative (GRI) como referência, descobriremos que existe uma relação bastante complexa entre maturidade institucional e favorecimento da opção tecnológica. O desenvolvimento institucional favorece a fé na tecnologia, porém, após certo umbral de maturidade, essa relação se inverte, revelando críticas à solução tecnológica nas sociedades mais avançadas em termos de engajamento corporativo com a sustentabilidade. São exemplos dessa relação os Estados Unidos e a Espanha, países com as mais elevadas taxas de publicação de relatórios de sustentabilidade no formato GRI e população crescentemente cética quanto às soluções tecnológicas para o problema das mudanças climáticas.

O desenvolvimento industrial e o altíssimo engajamento socioambiental do mundo empresarial compõem, hoje, o ambiente onde se nutre a maior resistência a expressões da economia verde como modelo de resposta às mudanças climáticas. Isso representa um sinal de alerta, uma vez que, paradoxalmente, são em nações com essas duas características que surge a maioria de inovações. Alguns podem se sentir tentados a interpretar tais resultados como pura contradição, hipocrisia ou inconstância dos cidadãos. Outros podem lembrar que são essas sociedades as que mais favorecem a escolarização da população, um senso de responsabilização individual e a liderança empresarial em sustentabilidade, situação ideal para se autorrefletir sobre os efeitos coletivos das decisões cotidianas de compra, uso e descarte de cada cidadão (assim como da influência corporativa nessas escolhas). Resultado: maior ênfase nos estilos de vida. Talvez a leitura mais pragmática seja entender que essa confluência de mais desenvolvimento e menos fé na tecnologia sugira no mínimo a necessidade de planejar e posicionar as soluções tecnológicas como mecanismo facilitador de mudança nos hábitos pessoais. 🌱



LIVRO PARA CRIANÇAS ABORDA A QUESTÃO DO ANALFABETISMO

Segundo o último estudo feito pelo Indicador do Analfabetismo Funcional (Inaf), em 2012, 75% dos brasileiros não sabem ler e/ou escrever. Desses, 68% são analfabetos funcionais e os outros 7% são considerados analfabetos absolutos. É justamente este tema tão sério que a escritora Simone Paulino leva às crianças em sua obra *O Sonho Secreto de Alice* (Editora DSOP, 2013, 43 páginas). No livro, a autora conta a vida de uma garota esperta que, quando criança, trabalhava na roça, embora ela gostasse mesmo de viver nas alturas. Ela cresce, casa-se, tem filhos, netos e bisnetos, realiza alguns sonhos e, em meio a tudo isso, guarda um grande segredo escondido em pedacinhos de papel espalhados por sua casa. Alice representa a história de milhões de brasileiros que, apesar das dificuldades e limitações impostas pela vida, não deixam nunca de sonhar. O livro propicia aos leitores o contato com uma questão real e comum que é o direito à educação e à própria condição de poder sonhar.

www.dsop.com.br

8º PRÊMIO AEA DE MEIO AMBIENTE ESTÁ COM INSCRIÇÕES ABERTAS

Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA) abriu as inscrições para o 8º Prêmio AEA de Meio Ambiente às empresas ou profissionais das áreas técnicas de universidades, institutos de pesquisa e órgãos de comunicação. Pelo oitavo ano consecutivo, a entidade promove o evento, agendado para 6 de junho, em São Paulo (SP), com o objetivo de distinguir e homenagear os projetos de tecnologias e responsabilidades ambiental e social desenvolvidos por empresas, as universidades que priorizaram conceitos tecnológicos e trabalhos jornalísticos que demonstraram a evolução das melhorias implantadas no setor automotivo. Dividido em seis categorias (Tecnologia Otto, Tecnologia Diesel, Acadêmica, Jornalística, Responsabilidade Social e Responsabilidade Ambiental), o vencedor do prêmio será eleito pela comissão julgadora. As inscrições podem ser efetuadas até o dia 4 de abril.

www.aea.org.br

SERASA LANÇA MANUAL SOBRE RELACIONAMENTO DE EMPRESAS E PROFISSIONAIS COM DEFICIÊNCIA

O Serasa Experian lançou, no quarto semestre de 2013, o manual *As pessoas com deficiência no mundo do trabalho*, que, entre outras orientações, informa como as empresas podem buscar profissionais com deficiência, quais adaptações são necessárias para tornar acessíveis o ambiente e o posto de trabalho, e que tipos de perguntas podem ser feitas a uma pessoa com deficiência em uma entrevista de emprego. O manual também esclarece quanto à lei em relação à contratação de pessoas com deficiência e às definições dos diferentes tipos de de condição. O guia ressalta ainda que, para o desenvolvimento de um profissional com deficiência, é necessário o envolvimento tanto das empresas quanto do Poder Público e das próprias pessoas com deficiência.

www.serasaexperian.com.br

BRASIL CAI NO RANKING MUNDIAL DE SOLIDARIEDADE

Divulgado pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), no Brasil, o estudo britânico *World Giving Index 2013 – Uma visão global das tendências de doação* mostra que o País passou do 83º para 91º lugar, classificando-o como a nação menos generosa da América do Sul, ao lado da Venezuela. Os dados foram encomendados pela organização britânica Charities Aid Foundation (CAF) ao instituto de pesquisa Gallup World Pool. O levantamento é considerado o mais abrangente do mundo no que diz respeito à doação. Sobre o Brasil, o relatório revela que 23% dos brasileiros afirmaram ter doado dinheiro para organizações sociais, o que representa queda de 1% em relação ao ano anterior, e que 42% ajudaram desconhecidos, 2% a menos do que o registrado no relatório de 2012. O estudo traz ainda uma série de recomendações para governos, empresas, indivíduos e organizações da sociedade civil.

<http://j.mp/1m8h1Db>



INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O MOBILIZA – PRÊMIO BRASILEIRO DE CAPTAÇÃO

Estão abertas as inscrições para a edição 2014 do Mobiliza – Prêmio Brasileiro de Captação, iniciativa que identificará e reconhecerá a excelência em mobilização de recursos no Brasil. O prêmio, uma parceria conjunta da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), Instituto Filantropia e The Resource Alliance, é dividido em quatro categorias, duas para organizações da sociedade civil e duas para indivíduos. As inscrições seguem até 1º de março. O Mobiliza integra o Global Fundraising Awards (Prêmio Global de Captação de Recursos), que foi iniciado pela The Resource Alliance, e para o qual são indicados os vencedores brasileiros. As inscrições são gratuitas e on-line. O resultado da primeira fase, com a indicação dos finalistas, sairá durante o Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica (FIFE), a ser realizado nos dias 11 a 14 de março, em Natal (RN).

www.mobiliza.org

ESTUDO REVELA QUE SUSTENTABILIDADE É MAIS RELEVANTE PARA TRABALHADORES DE PAÍSES EMERGENTES

A Bain & Company, empresa global de consultoria de negócios, lançou em dezembro de 2013 um estudo a respeito da sustentabilidade empresarial e levantou diversas diferenças regionais: em países emergentes, a sustentabilidade é mais importante para os entrevistados, pois questões como poluição, segurança e trabalho infantil são mais evidentes. Nesses países, são as empresas que assumem o protagonismo da questão: 43% dos respondentes de países em desenvolvimento disseram que os funcionários têm uma influência considerável sobre compromissos de sustentabilidade da empresa, contra 25% em mercados desenvolvidos. Foram ouvidos cerca de 750 funcionários de diversas indústrias no Brasil, China, Índia, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos. A pesquisa mostra ainda uma mudança significativa de atitudes e decisões na carreira relativas à sustentabilidade. Mais no mundo em desenvolvimento do que em países avançados, os respondentes disseram que aceitaram salários mais baixos para trabalhar em uma empresa com espírito sustentável.

www.bain.com.br



PUBLICAÇÃO SOBRE GÊNERO É LANÇADA COM APOIO DO GIFE

Já está disponível o guia *Investimento a favor da inclusão - Equidade para mulheres e meninas*, uma publicação elaborada pelo GrantCraft, projeto desenvolvido em parceria com o Foundation Center e o European Foundation Centre. O objetivo do guia, traduzido para o português pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e pelo Instituto Walmart – é apoiar institutos e fundações na introdução ou no avanço da inclusão das mulheres e meninas por meio do investimento social. Segundo o relatório anual do Fórum Econômico Mundial, divulgado em outubro de 2013, o Brasil está na 117ª colocação em igualdade salarial entre homens e mulheres, o que o coloca entre os países mais desiguais do mundo. Além da questão salarial, a racial se mistura com os desafios de gênero. Com o objetivo de inspirar e ajudar a mobilizar esse potencial, o material investiga como os investidores sociais podem aprofundar seu compromisso de alcançar e capacitar mulheres e meninas, proporcionando estratégias práticas de como integrar esse compromisso em seu trabalho.

<http://j.mp/1duvrKg>



DOE VIDA

A **Associação Doe Vida** foi fundada em agosto de 2003. O projeto foi iniciado a partir da observação da necessidade de realizar e solidificar um trabalho contínuo de conscientização da população a respeito do tema doação e transplantes de órgãos e tecidos humanos. A ONG visa levar ao público informações claras e objetivas relacionadas ao tema e contribuir para o esclarecimento de como funcionam as doações. A entidade compreende que cada ser humano é um agente multiplicador de informações e que, a partir do momento em que existe a possibilidade de compreender determinado assunto, é possível transmiti-lo aos diversos contextos sociais nos quais se está inserido. No caso da doação de órgãos, isto é de fundamental importância, pois se tem a oportunidade não só de esclarecer e transmitir informações aos familiares, como também de decidir se a pessoa é ou não doadora de órgãos.

www.doevida.org.br

Valores

- 1 - Bata Verde – R\$ 35,00
- 2 - Bone – R\$ 10,00
- 3 - Camiseta Amarela – R\$ 30,00



PONTO SOLIDÁRIO

Fundado em 2002, o **Ponto Solidário** é uma associação sem fins lucrativos que trabalha com o conceito de comércio justo, economia solidária e sustentabilidade. É um local para exposição, divulgação e venda da produção artística e artesanal de diversas ONGs do Brasil, cooperativas, comunidades regionais, povos indígenas, artistas e outras instituições afins. A iniciativa visa gerar trabalho e renda por meio da divulgação e da comercialização da produção artística e artesanal brasileira, atendendo aos critérios do comércio justo e solidário e promovendo a identidade cultural. Sua missão é ser agente de transformação social e referência entre produtores e consumidores por meio de seu espaço físico e virtual, de redes e parcerias.

<http://pontosolidario.org.br>

Valores

- 1 - Chá – sob encomenda
- 2 - Boneca Jornal – R\$ 56
- 3 - Cabulete – R\$ 35,00
- 4 - Copinhos Cuia Preta – R\$ 20,00



PROJETO FOCINHOS

O **Projeto Focinhos** é uma organização não governamental sem fins lucrativos fundada para diminuir o número de animais abandonados nas ruas das regiões onde atua. Por meio de cirurgias de esterilização, o projeto pretende reduzir o problema da superpopulação de cães e gatos. A esterilização é a única maneira eficiente e humanitária para o controle populacional de animais domésticos, mas é uma cirurgia de custos elevados. Por isso, o Projeto Focinhos realiza as cirurgias com custos muito reduzidos para os proprietários de cães e gatos que desejam esterilizar seus animais e que tenham renda mensal familiar de até R\$ 2.000,00. Para conseguir realizar as cirurgias, a associação conta com a ajuda de veterinários voluntários e, para arrecadar o dinheiro necessário para a compra do material cirúrgico, desenvolve e comercializa produtos com sua marca e mascotes, como camisetas, canecas e adesivos.

📌 www.projtofocinhos.org.br

Valores

- 1 - Bolsa – sob consulta
- 2 - Bolsa Notebook – R\$ 85,00
- 3 - Adesivo – R\$ 5,00
- 4 - Lixeira Carro1 e 2 – R\$ 25,00
- 5 - Capa Tablet1 e 2 – R\$ 40,00

MUNDO NOVO DA CULTURA VIVA

A ONG **Mundo Novo da Cultura Viva** é uma instituição sem fins lucrativos que leva alternativas para a comunidade da Chatuba, em Mesquita (RJ), por meio de programas educacionais, culturais e profissionalizantes. A partir desses programas, a entidade oferece oportunidades e uma nova visão de mundo para crianças, adolescentes, jovens e adultos. Atualmente, a instituição oferece educação, cultura e profissionalização, além de gerar o desenvolvimento da própria comunidade. Entre seus projetos estão o Mundo Encantado, que beneficia 70 crianças de 2 a 5 anos na educação infantil; e o Arte com Visão, que atende a cerca de 200 crianças de 4 a 18 anos, oferecendo oficinas de dança, teatro, artesanato, apoio escolar, leitura e passeios culturais.

📌 www.ongmundonovo.org.br

Valor

- 1 - Eco Bag – R\$ 12,99





ERA UMA CASA BEM POUCO ENGRAÇADA

Aquela vizinhança vivia um momento único. Nunca na história daquele pedaço tantas coisas importantes estavam acontecendo. Uma verdadeira revolução. Gente de todos os lugares, próximos ou distantes, observavam boquiabertos sua florescência.

Em uma de suas esquinas havia uma casa. Consumida pelas folhas do calendário, demonstrava sinais evidentes de cansaço e fragilidade. Seus donos, um casal de classe média bem média, estavam atentos. O noticiário deixava claro que o metro quadrado estava solidamente valorizado. Nada de especulação. A pujança do bairro era real, fruto de um desenvolvimento socioeconômico inquestionável. Seus olhos brilhavam com a oportunidade de vender bem o imóvel. Comprariam um apartamento em um condomínio com piscina, trocariam o carro velho por um bem bonito e também, com sorte, arrematariam uma casinha no litoral.

Ensaíram durante algum tempo. Enfim, decidiram colocar uma placa bem visível: “Vende-se este imóvel”. Bastava esperar a fila de interessados e ser firme na negociação. A mudança de vida era fatura certa. Estava tudo planejado.

Em uma tarde quente, um corretor passava pelo local e decidiu ter com os proprietários. Viu ali uma chance de ganhar uma comissão. Convidado a entrar, bebeu um café servido pela jovem senhora. Papo vai, papo vem. Andança pelos recintos da casa. Anotações. Chegara a hora do bom negócio? Ainda não, sentenciou o profissional. Uma reforma era fundamental para uma venda mais rentável.

Ato contínuo, a confissão do dono chegou. Ele sabia que a estrutura da casa pedia intervenções sérias há tempos. Encanamento, instalação elétrica, colunas, telhado. Diante daquela sinceridade constrangedora, o corretor discursou. Nada disso

era relevante para uma boa venda. O fundamental era melhorar o visual, com especial atenção para a escolha de cores imponentes e, acima de tudo, o quintal, que tinha potencial para abrigar um *playground* batuta. Mas, e a estrutura?, insistiu o jovem senhor. O que vende é a imagem, argumentou o vendedor, espalhando promessas de retorno rápido. Cuidem do visual e deixem o restante comigo, concluiu.

Assim foi feito. Dada a pressa, os donos da casa de classe média bem média foram às compras. Crédito fácil. Maravilha. Juros obscenos. Tudo bem, o retorno era líquido e certo. Confiavam cegamente no corretor e, especialmente, no homem conhecido que dizia por onde passava que o momento era mágico. Nunca na história daquele pedaço tantas coisas importantes estavam acontecendo.

Compraram tinta, pincel e outros apetrechos. Investimento razoável. Crentes e audaciosos, escolheram diversos brinquedos para o *playground*. Para pronta entrega, pagaram taxas de comodidade. Mais crédito fácil. Muito mais juros. Tudo por uma boa casa. E por uma boa causa. O retorno era certo, com lucro de fazer a vizinhança babar de inveja. O sonho estava acontecendo.

Em poucos dias, estava tudo instalado. Se os proprietários acharam a reforma incrível, pode-se calcular a alegria das crianças daquele lar. Sim, por lá viviam duas crianças na faixa dos 10 anos de idade. Elas se entregaram ao mundo da brincadeira, do faz de conta. Passaram horas incalculáveis subindo e descendo as escadas coloridas e os escoregadores emocionantes.

A notícia se espalhou como fogo em mato seco. Vizinhos e potenciais compradores foram aos montes conhecer aquelas instalações de lazer. As crianças estavam orgulhosas de seu quintal. Ostentavam as

instalações frente aos rebentos das outras casas. Estes últimos, afinal, podiam brincar só um pouco e depois voltar para fazer o dever de casa. Mesmo que a casa fosse vendida, aquele momento ficaria eternizado. Gente de muito longe passou por lá. Olhavam, encantavam-se, mas não fechavam negócio. Os donos começaram a ficar preocupados. As contas, filhas do crédito fácil, mas escravas dos tais juros obscenos, lotavam a caixa de correspondência.

De tanto brincarem, as crianças da casa se esqueceram por completo dos estudos. Foram ficando para trás. Tinham um ótimo *playground*, padrão internacional, mas as sedutoras distrações esvaziavam suas mochilas. A ilusão da brincadeira eterna estava cavando, pá ante pá, uma cova profunda. Os pais nem perceberam, ou se perceberam não tinham disposição para cuidar da fragilidade da estrutura fundamental dos filhos. Estavam de cabelos em pé com o risco iminente de uma falência financeira.

Um bom tempo depois, tomando mais um café, o corretor reconheceu: o problema era a estrutura da casa. Daquele jeito não dava para vender bem. Misto de revolta e pânico dos proprietários. Argumentaram que o *playground* era incomparável. Sim, concordou o vendedor, mas se os clientes — os bons, os reais, não os especuladores e aproveitadores — gostavam de brincar nos brinquedos, gostavam ainda mais de saber que o teto não cairia em suas cabeças. Dizendo que sentia muito, despediu-se e foi vender promessas em outro lugar.

A placa de “Vende-se este imóvel” enferrujou na fachada da casa. Restavam 67 parcelas do empréstimo.

P.s.: A metáfora foi utilizada para não contrariar explicitamente um Rei e um Fenômeno, que adoram *playgrounds* bonitos. 🏡



**A PAULO participa da
implantação do Sistema
Único de Assistência Social - SUAS,
por meio do Assessoramento
técnico às entidades
socioassistenciais de todo o Brasil.**



Fórum Interamericano de FILANTROPIA ESTRATÉGICA



De 11 a 14
de março
de 2014

Saiba mais sobre a Gestão Estratégica do terceiro Setor

- 37 palestrantes
- 55 seções, entre palestras, debates e TEDs
- 20 temas debatidos em World Cafés
- Inovação: "Clínicas" de consultorias coletivas
- 2 jantares temáticos para integração

MACROTEMAS EM GESTÃO DO TERCEIRO SETOR:

Legislação
Contabilidade
Sustentabilidade
Recursos Humanos
Políticas Públicas
Assistência Social



Realização:



Organização:



Companhia Aérea Oficial:



Apoio:



Acesse o site:
www.fife.org.br

O evento acontecerá na
paradisíaca cidade de Natal